

VI CONFERÊNCIA NACIONAL DA AE (2ª ETAPA)

Novos rumos para o governo Lula

A Articulação de Esquerda concluiu a primeira etapa de sua VI Conferência Nacional conclamando a militância do PT, especialmente a militância da esquerda petista, a lutar por uma alteração nos rumos do governo Lula.

O governo Lula pode cumprir um papel fundamental na luta contra o imperialismo norte-americano, na luta contra a hegemonia do capital financeiro, na luta por reformas democráticas e populares, na luta por um Brasil e um mundo socialistas.

Isso só ocorrerá, entretanto, se houver uma mudança na linha política que hegemoniza, hoje, o governo, o PT e a maioria da classe trabalhadora brasileira.

Esta mudança de linha política pode resultar: do crescimento da esquerda socialista, ao ponto dela se tornar majoritária no Partido e na classe trabalhadora; de uma divisão no atual campo majoritário do PT, a semelhança do que aconteceu em 1993; ou, finalmente, se a atual maioria partidária alterar ela mesma sua estratégia.

Os três caminhos são possíveis e podem ocorrer simultaneamente. E dependerão, em grande medida, da luta de classes. A evolução da situação econômica internacional, particularmente na América Latina; o comportamento do imperialismo, tanto no âmbito político-militar, quanto nas negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas e do acordo com o Fundo Monetário Internacional; a evolução da situação econômica e da crise social no Brasil; a atitude do grande capital, particularmente do setor financeiro, da burguesia industrial e do latifúndio, frente ao governo federal; a postura das classes trabalhadoras, com destaque para o operariado industrial; o comportamento das grandes massas populares, bem como o desempenho dos partidos conservadores, nas eleições de 2004; todas estas variáveis serão influenciadas pela política do PT e do governo, mas também influenciarão esta política, seja no sentido de reforçar, seja no sentido de alterar a atual política hegemônica.

Em qualquer dos casos, a esquerda socialista só terá chance de sucesso se compreender que seu inimigo é o grande capital, o imperialismo e a direita.

A necessária luta contra as posições da atual maioria partidária, que hegemoniza o governo, não pode servir de pretexto para políticas esquerdistas que agem como se o governo Lula fosse um governo da burguesia.

Exatamente por considerarmos que o governo Lula é nosso governo --por ser um governo do Partido dos Trabalhadores, por ser um governo que ajudamos a eleger, por ser um governo que produzimos no curso de mais de vinte anos de luta-- nos sentimos na obrigação de criticar as suas opções, especialmente na política econômica. Esta crítica pode e deve ser feita publicamente, com as mediações que se fazem necessárias, devendo ser acompanhada de propostas concretas de alteração na linha do governo, em cada uma de suas frentes de atuação.

Tal alteração deve apontar para uma ampliação dos investimentos sociais; uma ampliação dos investimentos públicos; uma ampliação da presença do Estado na economia; uma ampliação no peso da pequena e média propriedade; uma elevação nas condições de vida, emprego e remuneração das classes trabalhadoras.

Atingir estes objetivos supõe a adoção imediata, por parte do governo, de várias medidas macroeconômicas, entre as quais citamos: a redução da taxa de juros; a redução do superávit primário; a adoção do controle sobre o fluxo dos capitais; a desprivatização do Banco Central; a não-renovação do acordo com o FMI; a rejeição do Acordo de Livre Comércio das Américas; o enfrentamento das dívidas externa e interna; a realização das reformas agrária e urbana.

A elaboração de uma política alternativa para a ação do governo é uma tarefa que precisa ser acompanhada da elaboração de uma estratégia para a luta pelo socialismo, adequada ao período histórico iniciado com a eleição de 2002. Para isto, é preciso envolver amplos setores da esquerda e da militância petista, insatisfeitos com os resultados práticos da política atualmente hegemônica no Partido.

O enfrentamento do imperialismo, do grande capital e da direita; bem como o crescimento da esquerda socialista e a possibilidade de dividir a atual maioria do Partido dependem de uma ampliação significativa da mobilização político-social das classes trabalhadoras.

Estimular a luta reivindicatória, estimular as mais variadas demandas sociais, apoiar medidas de democracia direta (como a convocação, pelo governo ou pela esquerda político-social, de um plebiscito ou de um referendo sobre o acordo da Alca), constituem aspectos fundamentais de nossa política para o período, sendo prioritário organizar e mobilizar os setores estratégicos da classe trabalhadora, com destaque para o operariado industrial.

As eleições de 2004, neste contexto, constituem um momento importante para ampliar a força da esquerda brasileira, em particular da esquerda socialista. A esquerda socialista deve ser capaz de participar destas eleições de forma nacional e organizada, sem espontaneísmo nem oportunismo eleitoral.

O próximo período, que se estende até a eleição direta das novas direções partidárias, será decisivo. A continuidade da atual política pode selar o destino do governo Lula. Por isso, cabe à militância da esquerda brasileira e do PT, em particular à militância da esquerda petista, intensificar sua ação no sentido de mudar a estratégia atualmente hegemônica em nosso partido e em nosso governo.

Esta mudança só virá se constituirmos uma nova maioria na classe trabalhadora brasileira, o que precisa ser feito em todos os terrenos: na luta interna do PT, na intelectualidade, na ação de governo, nos parlamentos e nos movimentos sociais.

Os próximos dezoito meses serão decisivos para definir as possibilidades reais de alterar os rumos do governo. Naturalmente, a própria luta de classes pode antecipar tais definições, através de fenômenos como uma crise geral em escala internacional ou nacional; uma radicalização na postura do grande capital; ou uma ampliação espontânea na luta de massas.

Um panorama da situação internacional

A segunda metade da década de 1990 e os anos iniciais deste século foram marcados pela efervescência das mobilizações contra o modelo neoliberal e pela escalada militarista do imperialismo.

Já em 1994, a insurgência zapatista quebrou a monotonia do "pensamento único". Depois viriam a queda de Fujimori, no Peru; a vitória de Chavez, na Venezuela; o levante dos povos indígenas equatorianos, em articulação com setores das forças armadas; o levante dos Cocaleros em Cochabamba, na Bolívia, contra a privatização da água; o avanço eleitoral do

PT e a posterior vitória de Lula, numa frente de centro-esquerda; a crise argentina e o impressionante levante popular que derrubou presidentes em série; a queda de Sanches de Lozada, na Bolívia.

Parte do mesmo processo, eclodiram consistentes manifestações internacionais no encalço das reuniões da OMC e do G8 e, na esteira deste movimento dito “anti-globalização”, surgiu o Fórum Social Mundial.

Apesar destes movimentos demonstrarem grande potência e radicalidade --principalmente em casos como Equador, Argentina e Bolívia, onde presidentes foram depostos; e no México e Colômbia, onde a luta é armada--, eles não foram acompanhados pela conquista do poder pelos trabalhadores e nem mesmo pela constituição de programas ou referências de caráter socialista.

Ou seja, o desenlace das lutas, mesmo onde resultaram na constituição de novos governos, não gerou uma mudança estrutural nas políticas adotadas. O mesmo se passou onde ocorreram derrotas eleitorais das forças que implantaram o neoliberalismo.

Toledo no Peru, Gutierrez no Equador, Lula no Brasil, Kirchner na Argentina, têm em comum uma oposição de baixa intensidade ideológica e programática ao chamado modelo neoliberal. Contudo, é inegável que canalizaram um fortíssimo sentimento de mudança nos seus respectivos povos e despertaram profunda expectativa por avanços no terreno social.

As manifestações "contra a globalização" e o Fórum Social Mundial, nas suas três edições em Porto Alegre, reanimaram o internacionalismo e enfrentaram Davos, mas não produziram um programa mínimo que unificasse o discurso em torno do “outro mundo possível”.

Na verdade, o Fórum Social Mundial condensa várias das características negativas dos movimentos atuais contra o neoliberalismo: a aversão aos partidos políticos, a timidez no enfrentamento ao sistema capitalista e a incapacidade de produzir um conceito alternativo de desenvolvimento, ainda que não fosse socialista no seu sentido clássico, mas que servisse como referência para a luta contra-hegemônica.

Outro exemplo disto é o Exército Zapatista, que enfatiza desde 1994 que não se coloca como alternativa de poder para o povo mexicano. Denunciou as mazelas do imperialismo e do neoliberalismo, mas não defendeu uma saída socialista como possibilidade de libertação dos povos oprimidos.

Num outro plano, a guerra duríssima que as FARC travam pela libertação do povo colombiano, é estruturada em torno de um programa relativamente moderado.

A verdade é que, embora estejam em frangalhos os paradigmas ideológicos que deram sustentação à hegemonia neoliberal, todo o esforço despendido até agora não conseguiu mover uma palha, do ponto de vista estrutural, no arcabouço montado na implementação do modelo.

Mantém-se a dependência dos países pobres aos capitais especulativos, a tensão sobre os direitos trabalhistas, o desmonte dos estados nacionais, a pressão pelo pagamento das dívidas externas, as tentativas de anexação das nações pelo império, através dos acordos de "livre comércio" e da monopolização crescente da economia.

Os governos eleitos contra os patrocinadores das políticas neoliberais, seguem limitados à políticas de compensação social, ao mesmo tempo que administram a crise e a dependência ao capital financeiro, sem mexer profundamente nas estruturas herdadas dos governos anteriores.

Nesse contexto, a atitude do governo cubano segue sendo uma referência positiva para a esquerda internacional.

Outro elemento positivo é Chavez, na Venezuela, que continua seu duelo com o imperialismo e com as forças conservadoras. Neste duelo, Chavez tem como aliados os meios de comunicação comunitários, enquanto os grandes monopólios comerciais de comunicação apóiam a oposição de direita.

Na mesma linha, o levante popular na Bolívia, conduzido pela Central Operária Boliviana (COB), pelo MAS (Movimento ao Socialismo) e pelo MIP (Movimento Indígena Pachakuti), que derrubou o presidente Sanchez de Lozada, reacendeu as esperanças de um final diferente para as forças populares.

Embora a posse do vice Carlos Mesa sirva para uma re-articulação das forças conservadoras e para a reação do Império, é evidente que a Bolívia não será a mesma depois dos últimos acontecimentos. As forças populares podem, inclusive, constituir uma alternativa de poder mais consistente e madura, seja para construir um governo dos trabalhadores nas próximas eleições, seja para se impor através de um novo levante.

Noutro plano, o governo Kirchner constitui uma novidade interessante, com suas posições frente a dívida e o FMI, com seu enfrentamento ao poder judiciário e as forças armadas. Contudo, o atual governo argentino está longe de se tornar uma referência internacional de um novo modelo de desenvolvimento e inclusão social. Os piqueteiros e demais movimentos sociais mantêm-se na ativa e em permanente tensão sobre o Governo.

De toda forma, as posições anti-neoliberais –quer expressas através de lutas de massa, de alternativas institucionais ou de levantes revolucionários - ainda não mudaram a correlação de forças de forma suficiente para abrir um processo de ruptura com o “modelo neoliberal” e, muito menos, com o sistema capitalista.

Isso pode fazer com que a pressão popular se dirija contra os atuais protagonistas do movimento anti-neoliberal. Neste cenário, não desejável mas possível, o desacumulo e o retrocesso podem ser inevitáveis, com o retorno dos próceres do neoliberalismo ou com o vazio político sendo ocupado por forças de extrema-direita.

A escalada da oposição ao neoliberalismo vem acompanhada, com mais destaque desde o 11 de setembro, por uma escalada militarista do imperialismo, gerando um certo recuo das forças anti-imperialistas, que contaminou países e também parte dos movimentos sociais.

Os atentados serviram como “justificativa” para as invasões do Afeganistão e do Iraque, bem como para medidas anti-democráticas no interior dos próprios Estados Unidos e de outros países.

Por trás das invasões, estão os interesses imperialistas sobre duas regiões estratégicas: o Afeganistão, caminho de passagem dos gasodutos da Ásia Central para o extremo oriente; e o Iraque, pela sua localização estratégica, pelo petróleo e pelo fato deste país ser um dos maiores reservatórios de água doce do Oriente Médio.

Para atingir estes interesses, os EUA atacaram três ex-aliados, treinados e armados, no passado recente, pela CIA: os Talibãs, o regime de Saddam Hussein e a Al Qaeda de Osama Bin Laden.

Tirante o adesismo incontrolável de Blair —que, igual a sua antecessora conservadora, levou o Reino Unido a ser parceiro de primeira hora do imperialismo americano--, a ofensiva norte-americana recebeu apoios pálidos ou frontal discordância dos demais países.

O desfecho de ambas as guerras ampliou as discordâncias. As promessas de liberdade do "povo oprimido pela fúria Talibã" não se materializaram. As armas de destruição em massa, pretexto para a guerra contra o Iraque, nunca apareceram.

Os dois episódios revelaram, ainda, a profunda fragilidade da ONU, que no segundo episódio foi solenemente ignorada pela coalizão EUA/Reino Unido. Isto, somado a manipulação e a fraude para "criar" o pretexto para os ataques, aliados a violência da ofensiva imperialista, quebraram a "legitimidade" inicial obtida no 11 de setembro.

Hoje, a ocupação do Iraque custa muitas vidas, entre elas a de um soldado americano por dia. Além dos problemas militares, o custo do assalto está se tornando um estorvo gigantesco. A idéia original de custear as despesas de reconstrução do país e partilhar o lucro obtido entre os amigos, começa a cair por terra.

Um dos principais motivos é o fato que o longo bloqueio econômico imposto pela ONU, a pedido dos EUA, além das próprias bombas americanas e dos ataques da guerrilha contra os poços, sucatearam a estrutura de captação de petróleo iraquiano, dificultando o auto-financiamento da "reconstrução". Isso explica a busca constante dos EUA por recursos para financiar a ocupação e de novos sócios para o botim.

As contradições, as mentiras, o insucesso em encontrar tanto Bin Laden quanto Saddam Hussein, o "fantasma onipresente" de um novo Vietnã, têm virado a opinião pública norte-americana e a tornado cada vez mais impaciente e contrária à permanência das tropas no território iraquiano.

Este quadro é agravado pela situação econômica e transforma-se em crescente insatisfação com o governo Bush, que enfrentará eleições em novembro de 2004. Na Inglaterra, Blair também enfrenta dificuldades.

Frente a esta situação, os EUA operam uma re-aproximação com a ONU e com as grandes potências, em torno de como governar o Iraque ocupado. De toda forma, França, Alemanha e Rússia reiteraram que não pretendem envolver suas tropas naqueles países, nem tampouco comprometer recursos financeiros.

As experiências do Afeganistão e do Iraque mostraram que o unilateralismo é um perigo constante e iminente à estabilidade mundial e a soberania das nações. Outro exemplo disto é o apoio dado por Bush ao governo de Israel, que promove ataques ao território sírio e "assassinatos seletivos" na Cisjordânia e Faixa de Gaza, vitimando principalmente civis.

Israel está construindo um muro de "proteção" dentro do território palestino. O Muro foi pauta do Conselho de Segurança da ONU, através de resolução proposta pelo Grupo Árabe, resolução que recebeu maioria de votos, mas foi rejeitada por conta do veto dos EUA.

A permanência de tropas norte-americanas no Iraque e a permanente ameaça a outros Estados soberanos, em especial à Síria, trazem uma profunda insegurança e instabilidade na região.

Num mundo em crise e guerra permanentes, parece voltar à tona o espectro do rearmamento nuclear. Mas é preciso lembrar –muito além do noticiário que acusa a Coreia do Norte, Índia, Paquistão e Irã—que a principal ameaça vem dos Estados Unidos.

Frente a este quadro, vários países importantes, como França, Alemanha, Brasil, Índia, Rússia entre outros, têm defendido uma reforma na ONU, pretendendo que isto a transformaria num organismo mais equilibrado politicamente. Sem menosprezar a importância do pleito de países como o Brasil e da Índia, que pretendem um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, é evidente que a crise internacional não será solucionada desta forma.

No terreno comercial, trava-se uma disputa igualmente intensa. Primeiro, entre os Estados Unidos e os demais grandes países capitalistas; segundo, entre os “grandes” e os demais países.

O G-20 demonstrou em Cancun, na última reunião da OMC, uma potência significativa no jogo internacional, no que tange ao combate ao protecionismo norte-americano e europeu.

Dentro deste grupo, ganha destaque o movimento brasileiro e argentino, de fortalecimento do Mercosul; bem como o desenvolvimento de uma política externa ofensiva por parte do Brasil para o restante da América Latina.

Mas a cena internacional segue dominada pelas iniciativas norte-americanas, entre as quais destaca-se a proposta da ALCA, posta em pauta por poderosa pressão dos EUA, envolvendo temas como compras governamentais, propriedade intelectual, serviços, biodiversidade e protecionismo agrícola.

O dilema posto para os EUA não é se determinado país adere a ALCA, mas em que condições. Explicitamente, em que condições favoráveis aos americanos, pois, sem a possibilidade de imprimir plenamente a sua estratégia de anexação dos mercados dos demais países, aumentando o espaço de acumulação de capital por parte das suas empresas, este esforço perderia sentido.

O cenário mais provável é que, apesar da resistência, a agenda da ALCA siga seu curso. A pressão interna, impulsionada pela mídia e pelos setores dependentes das relações comerciais com os EUA, tem sido determinante neste sentido.

No curto prazo, a simples defesa dos interesses dos produtores agrícolas brasileiros —setor atrasado do ponto de vista dos interesses democráticos e populares— pode criar dificuldades para o avanço da ALCA em 2004, uma vez que isto é um ponto crucial no jogo político interno nos EUA, dada a proximidade das eleições.

Entretanto, a oposição parcial de setores do empresariado e do governo brasileiro, embora possam adiar e introduzir modificações na versão da Alca inicialmente pelos governos Bush e FHC, acabarão resultando na participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas.

Daí o papel central do movimento anti-ALCA, para emparelhar a correlação de forças, tensionando publicamente nosso governo no sentido da não-assinatura do acordo. E, sem o Brasil, não existirá ALCA. Neste sentido ganha importância o impulsionamento da campanha pelo plebiscito contra a ALCA, que deveremos combinar com nossa ação na campanha eleitoral de 2004.

Para além do Mercosul e da América Latina, a ofensiva comercial/política brasileira para outras áreas do mundo persegue uma estratégia de multipolaridade e aproximação com os

demais países emergentes e não alinhados ao “Império”. Devemos estreitar relações com a Comunidade Européia, Rússia, China, Coréia e Índia, continente africano e Cuba.

Contudo, a contra-ofensiva norte-americana tem sido contundente. Frente ao ocorrido em Cancun, Bush tratou acordos bilaterais com o Peru, Equador, Chile, Uruguai, Colômbia. Nos casos do Peru e do Equador, Toledo e Gutierrez, lideranças que se elegeram em oposição ao neoliberalismo, capitularam as pressões imperialistas, abandonaram o G-20 e tendem a uma postura submissa nas questões relativas a ALCA. No caso do Uruguai, os Estados Unidos impuseram uma cunha na constituição do Mercosul e prevenção política diante a ascensão eleitoral da Frente Ampla.

A investida imperialista na América Latina vai além. Os EUA e a Colômbia têm solicitado ao Equador que envie tropas à sua fronteira, com o objetivo de supostamente combater possíveis invasões ao território equatoriano de guerrilhas colombianas. É nítido o objetivo de empurrar os guerrilheiros para a fronteira, onde receberiam fogo pela retaguarda.

O Equador tem respondido que não possui condições financeiras para manter um contingente de soldados condizente com a tarefa naquela região. Mas os norte-americanos estão dispostos a financiar o "projeto".

Em 22 de outubro deste ano, o Senado Chileno aprovou por maioria o Tratado de Livre Comércio EUA/Chile, confirmando a tendência do governo chileno –encabeçado pelo Partido Socialista-- em fugir das articulações dentro da América Latina, preferindo as relações privilegiadas com os EUA.

Derrotar a Alca

A adequada compreensão da atual situação internacional passa por entender que vivemos um período de hegemonia capitalista, hegemonia cuja força é maior do que em qualquer outro momento da história.

Neste período histórico, dominado pelas contradições inter-capitalistas, a hegemonia capitalista se confunde –embora não se resume-- com um programa (o neoliberalismo), com uma nação (os Estados Unidos) e com uma crise estrutural (a crise iniciada nos anos 70, em cujos marcos estamos até hoje).

Dentro deste período histórico, vivemos uma etapa marcada pela crise da hegemonia neoliberal, pela crise da economia norte-americana, pela emergência de uma contestação aquela hegemonia (contestação que varia profundamente, tanto na forma quanto no conteúdo) e pela militarização da dominação norte-americana.

Atualmente, dois núcleos de poder disputam com os Estados Unidos: a Europa (especialmente o eixo França-Alemanha, tendo como contraponto a Inglaterra) e a Ásia (especialmente a China, tendo como contraponto o Japão).

A África e a América Latina não cumprem um papel protagonista no cenário internacional, mas esta última tem o potencial de desestabilizar a retaguarda norte-americana. É isto que dá especial importância geopolítica a países como México, Cuba, Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Argentina e Brasil.

Nesse período e nessa etapa histórica, nossa política deve ter dois objetivos: taticamente, impor uma derrota aos Estados Unidos; estrategicamente, criar um novo pólo socialista em escala internacional.

Para executar esta política, devemos combinar as relações internacionais do Partido com a diplomacia internacional do governo federal.

Ao Partido cabe impulsionar um movimento anti-imperialista de massas, estabelecer relações com as mais variadas forças políticas --os partidos da Internacional Socialista, a rede de partidos comunistas, as organizações guerrilheiras, o movimento anti-globalização expresso no Fórum Social Mundial--, além de estimular relações horizontais entre movimentos sociais, prefeituras etc.

Ao governo federal, cabe desenvolver uma diplomacia intensa e diversificada, que dispute com os Estados Unidos, mantenha autonomia frente a Europa e constitua uma aliança “sul-sul” --especialmente com países como China, Rússia, Índia e África do Sul--, tendo como eixo central a unidade latino-americana.

O Acordo de Livre Comércio das Américas concentra todos os dilemas da política internacional da esquerda brasileira. A mera assinatura do Acordo já constituirá uma derrota, uma vez que através dela se reafirmará a hegemonia norte-americana, que queremos desconstituir.

Nesse sentido, para além dos expedientes táticos, reafirmamos que nossa posição deve ser contrária à assinatura do Acordo. Nesse terreno, como em outros, melhor uma briga boa do que um acordo ruim.

Nossa política nacional

Um ano de governo Lula não alterou a hegemonia do capital financeiro sobre a economia, a sociedade e a política brasileira. Nesse sentido, a principal tarefa da esquerda prossegue sendo derrotar o neoliberalismo.

Durante os anos 80, a esquerda pretendia chegar ao governo federal, para a partir daí realizar reformas estruturais, em direção ao socialismo.

Durante os 90, grande parte da esquerda limitou seus objetivos a: chegar ao governo federal, para a partir daí combater a hegemonia neoliberal e constituir um outro modelo de desenvolvimento, mesmo nos marcos do capitalismo.

Agora, vivemos o paradoxo de prosseguir a batalha contra o neoliberalismo, às vezes contra medidas adotadas pelo nosso próprio governo.

Isso nos remete para outra das principais tarefas da esquerda: combinar a luta contra o neoliberalismo, com a reconstrução de uma estratégia socialista para o Brasil.

Uma das razões pelas quais estamos sendo derrotados na batalha contra o neoliberalismo, hoje, dentro de nosso próprio governo, é porque prevaleceu no Partido, durante os anos 90, a idéia de que seria possível derrotar o neoliberalismo fora dos marcos de uma estratégia socialista.

A experiência deste primeiro ano de governo Lula, bem como a experiência de tantos outros governos de centro-esquerda mundo afora, vem demonstrando como é difícil, fora dos marcos de uma estratégia socialista, derrotar o neoliberalismo.

Combater o neoliberalismo, reconstruir uma estratégia socialista, exige a adoção combinada de quatro grandes ações: ampliar as demandas sociais (sejam as vindas dos movimentos, sejam as oriundas dos governos populares); coesionar as forças democráticas e populares em

torno de uma plataforma para o período; ampliar a luta político-ideológica, dentro e fora do PT; empurrar para a esquerda, em 2004, a correlação de forças.

O principal problema estratégico e tático a enfrentar, na execução destas ações, é nossa postura frente ao governo federal.

A derrota, a divisão ou a desmoralização do governo federal geraria um retrocesso generalizado na correlação de forças. Uma política de esquerda deve ter como objetivo a vitória, o avanço, o sucesso do governo Lula.

Por outro lado, a estratégia geral que orienta o governo Lula, particularmente sua política econômica, não conduzirá a esquerda brasileira a uma vitória.

Nesse sentido, uma política de esquerda, que tenha como objetivo o sucesso do governo, deve ter como centro alterar a política econômica e a estratégia que a orienta.

A continuidade da atual política econômica inviabiliza as políticas sociais, gera crise em nossa base social, desmoraliza e desagrega a esquerda política, além de não criar base alguma para transitar para outro modelo econômico, mesmo nos marcos do capitalismo.

Se a política econômica é o centro do problema, o acordo com o Fundo Monetário Internacional é sua síntese. O acordo não pode ser assinado e, se for assinado, deve ser derrotado na prática.

Dentro deste quadro, nossa política deve ter dois objetivos: mudar a política econômica e retomar a estratégia democrática, popular e socialista. Isso passa por impulsionar e ampliar a luta social, a pressão institucional, a luta ideológica e a luta interna.

Nesse contexto, devemos ter claro que é preciso participar amplamente do debate sobre as políticas setoriais desenvolvidas pelo nosso governo federal. Nesse debate, devemos construir alianças no sentido de ampliar os investimentos públicos e alterar a política econômica.

No caso específico das áreas do governo que têm a frente militantes do PT, particularmente da esquerda petista, devemos impulsionar um debate fraterno no sentido de explorar as possibilidades – mesmo nos marcos de uma política econômica conservadora - de construir referências programáticas de outro tipo.

Com estes objetivos, a direção nacional eleita nesta conferência deverá impulsionar a discussão no interior da corrente e aprovar resoluções específicas sobre a política do governo na área de infra-estrutura, comunicação, políticas sociais, trabalho e previdência, meio-ambiente, reforma agrária, desenvolvimento econômico, comércio exterior e relações internacionais, justiça e segurança. Serão aprovadas, também, resoluções específicas sobre a relação governo-partido, sobre o Conselho de desenvolvimento econômico e social, Fome Zero, Mulheres e Aquicultura e Pesca.

Desde já, a AE orienta seus militantes, em especial aqueles que militam na área de energia, a atuarem em defesa da soberania energética do país e seus estados, o que se combina em grande medida com um projeto de integração energética da América do Sul. Isto pressupõem a busca de um equilíbrio na balança energética que aumente a confiabilidade técnica e operacional do sistema elétrico nacional, aproveitando todas as suas fontes alternativas com viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Nosso governo deve preservar a autonomia energética presente e futura do país, gerando empregos, trabalho e renda; e possibilitando a desindexação dos custos das alternativas

energéticas de uso nacional. Deve, também, apoiar iniciativas autogestionárias e a inserção ativa dos agentes e empresas do setor energético no esforço pelo desenvolvimento regional e nacional.

Para tanto é fundamental o fortalecimento das empresas estatais federais na área da energia, o que passa pela retirada definitiva do PND – Programa Nacional de Desestatização, pela retomada do planejamento estratégico de longo prazo coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e pela garantia de financiamentos prioritários a novos projetos de expansão conduzidos pelo setor público. Devemos ainda atuar pela manutenção das empresas públicas verticalizadas, mantendo seus registros contábeis separados por unidades de negócios (geração, transmissão e distribuição), bem como para que as licenças de concessão das empresas estatais tenham no mínimo os mesmos períodos de concessão ora concedidos às empresas privadas atuantes no setor.

Uma outra questão chave na conjuntura é a reforma agrária. O governo Lula está diante de uma oportunidade histórica de utilizar a reforma agrária como um grande programa de geração de emprego e combate à pobreza no campo. Enquanto tendência, devemos desencadear as seguintes ações nesta área: a) realizar uma conferência sobre a atualidade da questão agrária no Brasil, envolvendo nossos militantes, simpatizantes e colaboradores; b) ajudar na reorganização do setorial agrário do PT; c) ajudar na ampliação da mobilização nacional em torno da reforma agrária, disputando a agenda desta reforma na sociedade, nos espaços onde atuamos, sindicatos, universidades, fábricas e escolas, saindo da lógica simplesmente parlamentar que interessa à bancada ruralista; d) ajudar na construção da unidade de ação política do conjunto dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária (MST, CUT, CPT, MPA, CIMI etc); e) pautar e exigir do governo federal uma política clara de demarcação das terras indígenas; f) exigir uma ação clara, constante e determinada do governo federal contra a existência das milícias armadas e bandos paramilitares a serviço do latifúndio.

Nossa ação no parlamento

O Partido dos Trabalhadores sempre entendeu que sua ação política deveria combinar a luta institucional com as lutas sociais. Foi assim que, embora sempre participasse de eleições, o partido dizia que o processo eleitoral não era um fim em si, mas um meio para buscar as transformações sociais.

Uma vez conquistadas vagas nos parlamentos e executivos, a idéia do partido era contribuir com a luta geral dos trabalhadores. Nos executivos, com gestões marcadas pela inversão de prioridades, pela transparência e mobilização social. Nos legislativos, pela denúncia dos governos burgueses, pelo apoio aos movimentos sociais e pela oposição aos projetos contrários aos interesses da maioria da população.

Fazendo isso, o partido foi angariando credibilidade, militantes e votos. Não há, na história da esquerda brasileira, um outro caso de ascensão eleitoral tão consistente quanto a do PT. Para ficar num único exemplo, de 1982 a 2002 o Partido dos Trabalhadores mais que decuplicou sua bancada na Câmara dos Deputados, passando de 8 para 92 eleitos.

Era natural que, diante de um crescimento tão significativo nos campos social e institucional, o partido fosse se consolidando como alternativa de governo e de poder no país. De fato, em todas as eleições presidenciais que disputou (1989, 1994, 1998), a candidatura petista polarizou com o candidato preferido da burguesia, até vencer em 2002.

Todavia, o avanço eleitoral do PT não se fez acompanhar por um avanço, de igual monta, da mobilização social e da afirmação programática do socialismo.

Ao contrário, a década de 90 foi caracterizada pelo avanço do neoliberalismo e pelo recuo da luta direta da classe trabalhadora brasileira. Foi neste quadro de descenso das lutas sociais e de recuo ideológico, que Lula foi eleito presidente.

Quanto mais o PT ganhava espaço na institucionalidade, mais seu programa abandonava a perspectiva das grandes transformações econômicas e sociais.

A história está carregada de exemplos de partidos que viveram experiência semelhante: um início de grande combatividade, seguido pela cooptação à ordem capitalista.

Tal quadro já se percebia em diversas prefeituras e governos estaduais. Foi desenhado nitidamente nas campanhas presidenciais posteriores a 1989, agravado em 2002 com a *Carta aos Brasileiros* e confirmado pelos onze meses iniciais de gestão à frente do governo federal.

De fato, o governo Lula tem praticado, até agora, várias rupturas com a história do PT. Em parte por não ser, nas palavras da própria ala moderada, um governo petista ou de esquerda. Em parte devido a estratégia adotada pela ala moderada do PT. Mas pesa, também, a dificuldade que a ala moderada vem mostrando para distinguir o “PT-governo” do “PT-partido”.

O PT não vem se comportando, no geral, como um partido *no* governo. O PT vem se comportando, na maioria das vezes, como um partido *do* governo. Essa sutileza lingüística sintetiza os motivos pelos quais o PT não tem conseguido disputar, efetivamente, o governo; pelos quais, também, o setor moderado do PT aceitou, até agora pelo menos, a política de orientação neoliberal, encarnada na gestão de Antônio Palloci à frente do Ministério da Fazenda.

Esta orientação acarreta dificuldades gigantescas para os petistas, inclusive na Câmara Federal. Na atual legislatura, a bancada foi levada a votar no Refis II, na MP do sistema financeiro, na Reforma da Previdência, na nova Lei de Falências e na MP dos Transgênicos.

É grande a repercussão dos debates no parlamento brasileiro. Isso reflete o estágio da luta de classes no país. Se não vivemos um período de grandes mobilizações, é natural que as atenções se voltem para as instituições, notadamente para a Câmara dos Deputados.

Dos 513 deputados federais, cerca de 375 constituem a base de sustentação do governo, dos quais 135 são dos partidos de esquerda. A oposição (PFL, PSDB e PRONA) tem em torno de 125 votos.

No PT, se fizermos uma avaliação numérica considerando apenas as tendências nacionais ou regionais pelos quais os mandatos foram conquistados, podemos apontar uma proporção de 70 a 24 em favor do campo majoritário, aí incluindo o Movimento-PT. No entanto, no debate político concreto, haveria uma outra proporção: uma posição mais à esquerda pode chegar a 30 ou 35 votos, enquanto o núcleo duro do campo moderado ficaria com uns 35 ou 40 parlamentares. Há, portanto, perto de um terço da bancada petista que em geral segue as orientações moderadas, mas não pode ser considerada como “alinhada” ou ativa na defesa das posições moderadas.

A esquerda petista tem uma presença importante na Câmara dos Deputados e no Senado. O debate sobre nossa atuação no Parlamento deve ocupar um lugar central em nossas

discussões, por ser uma das principais faces públicas do debate sobre os rumos do governo. Neste sentido, a direção nacional da tendência deverá debater e aprovar um balanço da atuação da bancada petista, em particular da sua esquerda.

No caso dos deputados ligados a AE, sem prejuízo do caráter próprio de cada mandato, temos buscado debater os temas gerais da conjuntura política nacional e encaminhar posições comuns. Nosso esforço agora deve ser o de construir, para a bancada petista, uma agenda diferente da proposta pelo governo. Para tanto, é importante resgatar algumas das formulações históricas do PT. Além disso, é importante também combinar nossa atuação no parlamento, com a ação dos movimentos sociais, com o objetivo de construir uma alternativa política distinta da conduzida pelo campo moderado do PT.

Nesse sentido, recomendamos aos nossos parlamentares que confirmem atenção para a luta contra o capital financeiro, para a luta pela redução da jornada de trabalho e para a luta pelo emprego. Em nosso governo, o índice nacional de desemprego cresceu de 10% para 13% da população economicamente ativa. O aumento do desemprego é função da política econômica. Por isto mesmo, os debates sobre a macroeconomia tendem a ganhar força, até porque o governo articulou a renovação do acordo com o FMI, afirmando que pretendia conseguir alguma flexibilidade nas metas, especialmente no tocante às regras para definição do superávit primário, para assim criar as condições para retomada dos investimentos públicos, principalmente das estatais. Na prática, o acordo mantém os mesmos termos dos acordos anteriores, com agravantes.

As justificativas que vêm sendo dadas pelo governo para a assinatura do acordo escoram-se na idéia de que ele representa um reforço à "confiança dos mercados" na economia brasileira, além de uma espécie de "cheque especial", com recursos a serem utilizados no caso da eclosão de uma crise internacional. Além disso - dizem os defensores do acordo - ele permitirá reescalonar as dívidas com o FMI, cujos vencimentos estavam previstos para 2005 e 2006.

À parte o fato de que a renegociação dos prazos de pagamento acima citados poderia ser feita independentemente da assinatura de um novo acordo, o que essa argumentação não consegue explicar é como se pode aumentar a confiança dos mercados no país - objetivo perseguido avidamente pelos condutores da política econômica brasileira - quando se admite a necessidade de um "fundo de reserva" preventivo contra possíveis crises mundiais. Isso não seria denunciador, na verdade, do nosso elevado grau de vulnerabilidade externa?

Este parece ser o problema real a ser enfrentado: o modelo econômico continuista adotado pelo governo manteve a grande fragilidade das contas externas e a dependência de capitais voláteis, para os quais não se adotou nenhum mecanismo de controle ou regulação seletiva. Daí possivelmente o temor da equipe econômica, e sua insistência na assinatura do acordo "preventivo" com o Fundo, contrastando com as declarações otimistas sobre o crescimento da economia do país no próximo ano.

Os custos embutidos nessa assinatura, no entanto, não serão poucos: além da manutenção do famigerado superávit primário em torno de 4,25% do PIB (a pequena flexibilização no tocante aos investimentos na área de saneamento básico possui um impacto insignificante no quadro geral de aperto das contas públicas), outras medidas, como a autonomia do Banco Central, fazem parte do *menu* de intenções ofertadas pelo governo brasileiro ao FMI, constituindo-se em obstáculos sólidos à promoção do desenvolvimento, à distribuição de renda e à implementação de políticas sociais por parte do Estado.

Como afirmou em artigo recente o economista Paulo Nogueira Batista Jr., “a Fazenda e o Banco Central vêm defendendo um novo acordo (ou a prorrogação do atual) com base em três argumentos principais. Primeiro, porque representa um “endosso” adicional à política econômica, reforçando a confiança dos mercados. Segundo, porque traz aumento dos recursos para o país em 2004, constituindo uma proteção contra eventuais choques externos. Terceiro, porque permite reescalonar os vencimentos de dívidas com o Fundo em 2005 e 2006, evitando a concentração de pagamentos.”

”Esse é o quarto acordo negociado pelo Brasil com o FMI em apenas seis anos: o primeiro foi assinado em 1998; o segundo, em 2001; o terceiro, em 2002. Temos, portanto, um quadro bastante agudo (e meio vexaminoso) de “Fund-dependence”. Do ponto de vista da confiança, não teria sido melhor se o governo brasileiro demonstrasse, desde logo, vontade de caminhar com as próprias pernas?”

Outra importante mobilização colocada para esse período, é a discussão e aprovação da PEC 385 que trata da aposentadoria das donas-de-casa, apresentada pela companheira Luci Choinack. Cerca de 4 milhões de mulheres, com mais de 60 anos, não possuem nenhuma proteção do Estado. Visto que trabalharam durante toda a vida e nunca contribuíram para a previdência, a proposta da PEC 385 visa o reconhecimento desse trabalho invisível, que muito contribuiu com a economia do País.

Reconhecer esse trabalho e amparar essas companheiras na velhice é uma dívida do país para com as donas-de-casa. Essa luta é um instrumento de conscientização para que as mulheres possam se organizar para acabar com outras discriminações e para conquistar outros direitos que lhes são negados. Devemos organizar comitês em todas as cidades para debater essa PEC e que no futuro esses comitês sejam centros de debates da situação da mulher trabalhadora, de organização e mobilização de suas lutas.

Nossa tática no Parlamento baseia-se em três pontos fundamentais: a construção de uma pauta própria para a bancada do Partido; a articulação de um campo dos parlamentares vinculados à esquerda petista; e a vinculação entre nossa ação parlamentar e a mobilização direta dos trabalhadores.

Devemos construir uma pauta própria, para nos orientar na disputa política do parlamento, do governo e do partido. Quando nossa posição for minoritária devemos, sempre que possível e necessário, afirmar publicamente nossas próprias posições, como fizemos no caso da votação da Lei de Falências.

Se, como dissemos antes, a definição dos rumos do PT depende cada vez mais da luta de classes, então nossa atuação não pode ser restrita a uma disputa interna. Podemos e devemos ajudar a construir uma alternativa de direção para a maioria da classe trabalhadora brasileira, e isso não é possível de ser feito limitando a exposição de nossas propostas às instâncias internas do PT.

Sendo assim, da mesma forma que lutaremos para ampliar nossa força no movimento sindical, no movimento estudantil, no movimento popular, fortalecendo nossa presença organizada no movimento camponês e na CUT, na UNE e UBES, na CMP e noutros movimentos, devemos também construir um trabalho com igual perspectiva no campo institucional, em particular no Parlamento.

As diferentes condições nas quais atuamos – partido, parlamento, movimentos sociais, governos – não podem ser vistas como óbices para nossa ação. São complementares, para quem deseja construir um projeto alternativo, de esquerda e socialista.

Nossa tática para 2004

Pela primeira vez em sua história, o PT disputa uma eleição municipal ocupando ao mesmo tempo o governo federal. Nas experiências anteriores, o PT sempre procurou conferir às disputas municipais uma forte componente nacional. Agora, o PT deve ser alvo dessa mesma tática, por parte dos partidos opositoristas - especialmente PSDB e PFL. Por isso, as condições do país, especialmente da economia; e a avaliação popular do desempenho do governo Lula, serão variáveis influentes na determinação dos resultados da disputa eleitoral de 2004. Se o desempenho e a avaliação do governo forem positivos, o PT capitalizará este fato. Se não forem positivos, arcará com um determinado ônus eleitoral.

A importância das variáveis nacionais, contudo, não anula o fato de que as eleições serão marcadas por condicionalidades locais e regionais. O PT deverá estabelecer um balanceamento tático das variáveis que estarão em jogo. As medidas adotadas pelo governo devem resultar, em 2004, em baixo crescimento econômico, elevado nível de desemprego e queda da renda do trabalhador. A manutenção de aspectos importantes da política econômica adotada pelo governo anterior, a obsessão em conquistar a “confiança dos mercados”, a adoção da “responsabilidade fiscal” como mantra do novo governo, a escassez de investimentos públicos, privados e estrangeiros, explicam em grande medida a situação econômica.

Um desenvolvimento com geração de emprego e renda, a partir do incremento dos investimentos produtivos, requer a mudança da política econômica. Destaca-se a necessidade de implementação das seguintes iniciativas: maior volume de investimento em infra-estrutura; maior oferta de crédito e diminuição dos spreads bancários; redução no serviço das dívidas externa e interna; a subordinação das “agências” ao governo federal; ênfase numa política industrial que privilegie a geração de empregos; uma política tributária que penalize fortemente as grandes rendas.

Naturalmente, a mudança da política econômica não gerará, no curto prazo, apenas efeitos positivos. É preciso ter consciência de que a remoção dos gargalos que bloqueiam os investimentos, a geração de empregos e a distribuição de renda não será uma tarefa de curto prazo, nem tampouco será implementada sem conflitos.

As variáveis nacionais do crescimento econômico, do nível de emprego e renda devem incidir fortemente nas eleições municipais de 2004, condicionando a avaliação do governo e do presidente Lula.

Por isso, um desempenho favorável do PT e da base aliada, nas eleições de 2004, estarão condicionadas a uma mudança na política econômica, ainda no início do ano. Esta mudança, mesmo que não gere efeitos práticos imediatos, criará um ambiente politicamente positivo, indispensável para que o PT lidere um bloco de forças partidárias capaz de vencer as eleições municipais, ampliar a hegemonia do PT e dessas forças na sociedade e garantir maior sustentabilidade política e social ao governo Lula.

Pesquisas de opinião indicam que, neste momento, os problemas mais sensíveis para a população são o elevado nível de desemprego e as altas taxas de violência. Esses problemas se refletem principalmente nas grandes metrópoles e no seu entorno.

As pesquisas sinalizam ainda que nestas mesmas regiões o governo federal apresenta os índices de avaliação positiva mais baixos, confirmando que a continuidade da atual política econômica poderá comprometer o desempenho do PT nos grandes centros.

O quadro partidário

Nas eleições de 2000, o PSDB, com 16% dos votos, elegeu 17,8% dos prefeitos. O PMDB, com 15,7% dos votos elegeu 22,6% dos prefeitos; o PFL, com 15,4% dos votos elegeu 18,5% de prefeitos e o PT, com 14,1% dos votos, elegeu apenas 3,4% dos prefeitos.

Portanto, o PMDB é, ainda, o partido mais implantado nos pequenos e médios municípios. Já o PT é forte nos grandes centros urbanos. Baseado neste fato, o setor moderado do PT tem defendido a tese segundo a qual o PT deveria consolidar e ampliar uma aliança com o PMDB, tendo em vista construir uma aliança para enfrentar as eleições presidenciais de 2006.

Em 2000, o Partido dos Trabalhadores lançou 1.316 candidatos a prefeitos, abrangendo 23,7% do total de municípios brasileiros. Desse total, foram eleitos 187 prefeitos e 139 vice-prefeitos em coligações. Com 11.938.734 votos, representando 14,1% dos votos válidos e elegendos apenas 3,4% do número total de prefeitos, estes números confirmam que o PT concentra sua força nos grandes centros urbanos.

O PT deixou de lançar candidatos a prefeitos em 4.245 municípios, representando 76,4% do total. Em 408 municípios, 7,3% do total, onde lançou candidatos, obteve menos de 5% dos votos válidos. Somente em 692 municípios, 12,4% do total, obteve mais de 10% dos votos válidos. Ao chegar às eleições de 2000, o PT tinha 117 prefeitos e conseguiu reeleger 57% dos mesmos, abrangendo 49% do total. O Partido elegeu 130 novos prefeitos, totalizando 187 administrações municipais, números que sinalizam uma dificuldade do PT nas reeleições.

O PT lançou 25.308 candidatos a vereador, distribuídos em 3.411 municípios, abrangendo 26,7% do total. Com 8.115.569 votos (9,4% dos votos válidos nacionais), o PT elegeu 2.485 vereadores, representando 4,1% do total nacional. Esses vereadores estão distribuídos em 1.482 municípios, 26,7% do total. Mais uma vez, o PMDB é o partido que apresenta maior capilaridade. Com 11.555.143 votos, 13,4% do total de válidos, elegeu 11.372 vereadores, representando 18,9% do total.

Em 2000, o PT participou de coligações para prefeito em 1.962 municípios e para vereador, em 1986 municípios. O PMDB foi o partido mais presente nas coligações com o PT: foram feitas alianças em 708 municípios nas candidaturas a prefeitos e em 503 municípios nas disputas para Câmaras de Vereadores. Essas alianças não foram, necessariamente exclusivas com o PMDB. Em várias delas, envolveram outros partidos.

Outro dado que é preciso levar em conta para a composição do cenário de 2004 diz respeito à votação de Lula nas eleições presidenciais de 2002 nas capitais e nas cidades governadas por petistas.

Das cinco capitais onde Lula obteve votação mais baixa, quatro são administradas pelo PT. Com um total de 61,27% dos votos nacionais válidos, Lula obteve 51,06% dos votos válidos em São Paulo, 56,16% em Campo Grande, 56,23% em Porto Alegre, 58,81% em Belém e 59,01% em Goiânia. Campo Grande é administrada pelo PMDB, mas o PT controla o governo de estado. Nas três capitais administradas pelo PT, Lula obteve votação acima da média: 63,47% dos votos válidos em Recife, 71,39% em Aracaju e 75,64% em Belo Horizonte. Lula recebeu ainda votação abaixo de sua média nacional em 75% das cidades administradas pelo PT em todo o País. Os números das eleições de Lula nas capitais governadas pelo PT e os dados de pesquisas de opinião em relação à avaliação do governo Lula tendem a projetar um grau maior de dificuldades para um desempenho positivo do PT, nas eleições do próximo ano, nas grandes regiões metropolitanas. Deve-se levar em conta que é nessas regiões que o desemprego, a queda de renda e a violência se fazem sentir com mais intensidade.

Devido ao peso político das capitais e das grandes cidades, inclusive como anunciadoras de tendências de médio prazo, uma derrota do Partido nesses centros provocaria um maior desgaste para o governo, amplificaria a visibilidade e a vitória dos adversários do PT, projetando elementos estratégicos negativos para as eleições de 2006.

É preciso considerar, ainda, que vários dos partidos políticos que compõem a base de sustentação do governo Lula estão sob a influência, nos estados, de governadores oposicionistas. Serve como ilustração o caso do PTB e do PPS que, no Estado de São Paulo, integram a base de apoio ao governo Alckmin. Situações semelhantes se repetem em outros Estados.

Deslocar a correlação de forças

Em 2004, nosso objetivo central deve ser deslocar a correlação de forças para a esquerda. O ideal é que isto ocorra numa combinação de luta social e eleitoral. Mas, dada a conjuntura nacional e a história recente do país, o mais provável é que as eleições de 2004 se transformem no centro da disputa tática do período.

Deslocar a correlação de forças para a esquerda significa manter e aumentar as administrações democráticas e populares nas capitais e nos grandes centros urbanos e avançar nos médios e pequenos municípios. Vencer as eleições significa também aumentar extraordinariamente o número de vereadores eleitos pelo PT e pelos demais partidos de esquerda. Vencer as eleições significa espriar a influência política e a presença institucional do PT, visando avançar no processo de construção da hegemonia do Partido para realizar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que o Brasil precisa.

Naturalmente, isso só será possível de fazer caso a ação do governo retome a trilha histórica do Partido, no sentido de reformas estruturais que visem –pelo menos-- o desenvolvimento econômico com distribuição de renda e geração de emprego, o aprofundamento da democracia e da justiça, a superação da pobreza e da exclusão social, a conquista do bem estar do povo brasileiro.

Nas eleições municipais, pretendemos obter vitórias do campo democrático e popular, do PT e da esquerda do PT.

As alianças do Partido devem estar subordinadas a este objetivo. Portanto, defendemos total prioridade para alianças no campo democrático e popular; a possibilidade de alianças, analisadas caso-a-caso, com partidos de centro; e a proibição de alianças com PSDB e PFL e partidos de direita.

A política nacional de alianças deve prevalecer sobre as supostas ou reais especificidades e diferenças locais e regionais. Deve, ainda, distinguir a política de alianças do PT, da política de alianças que constitui a base de apoio do governo Lula.

O PT deve priorizar a cabeça de chapas nos grandes centros urbanos. Mas deve saber fazer as concessões necessárias sempre que a correlação de força e a viabilidade eleitoral de candidatos do campo democrático e popular recomendarem.

Naturalmente, o PT deve buscar estabelecer compromissos de apoio mútuo para o segundo turno com os aliados do campo democrático e popular, ou mesmo com os partidos que integram a base de apoio do governo Lula, sempre que a disputa se configurar entre o PT ou partidos da base aliada contra partidos de oposição ao governo.

Nos municípios onde o PT governa, além da defesa do governo Lula, um dos aspectos mais importantes da tática consistirá na defesa das realizações da administração petista. No entanto, essa defesa deve vir acompanhada pela defesa da ampliação de políticas públicas consistentes com a estratégia democrático-popular.

O esforço nacional do PT nas eleições do próximo ano deve priorizar os seguintes objetivos: a) manutenção e ampliação da presença do Partido nas prefeituras das capitais; b) ampliação da presença do PT nas grandes cidades do País, principalmente naquelas que compõem as regiões metropolitanas; c) manutenção ou reeleição das atuais prefeituras administradas por petistas; e, d) expansão do Partido nos pequenos e médios municípios. Quanto aos vereadores, o PT disputou as eleições de 2.000 com cerca de 25 mil candidatos. A meta para 2004 deve ser a de disputar as eleições com cerca de 50 mil candidatos, consolidando a presença do Partido em quase todos os municípios brasileiros. No âmbito da esquerda partidária, defendemos o lançamento de candidaturas majoritárias e proporcionais do campo de esquerda, com capacidade de disputa, na perspectiva de acumular forças para o PED 2005.

No caso específico da AE, para além das prioridades do Partido e da esquerda petista como um todo (como Belém e Porto Alegre), nossas prioridades são: os estados em que o PT é hegemônico pela Articulação de Esquerda (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo); as cidades onde os prefeitos são militantes da AE; as cidades em que os candidatos a prefeito são militantes da AE; as cidades em que a direção municipal é hegemônica pela AE.

Crescer na classe trabalhadora

Em combinação com a disputa eleitoral, devemos dar continuidade à nossa intervenção nos movimentos sociais. Nosso objetivo geral deve ser ampliar a influência socialista entre os trabalhadores e organizar setores cada vez mais amplos da classe, sindical e partidariamente.

A Articulação de Esquerda surgiu em 1993. Durante seus primeiros quatro anos, a tendência admitia a existência, em seu interior, de diferentes orientações sindicais. Somente em março de 1997, em nosso 6º seminário nacional, decidimos constituir uma atuação própria no movimento sindical, orientando nossos militantes a romper com a Articulação Sindical.

De 1997 até hoje, nossa atuação sindical pode ser analisada em cinco níveis: em escala nacional, em escala estadual, nas categorias, no PT e na formulação.

Nacionalmente, articulamos nossa participação em três congressos nacionais da CUT. No 6º Concut, tivemos um papel importante na articulação da chapa da esquerda cutista (PSTU e esquerda do PT), elegendo ademais um integrante para a executiva nacional da CUT. No 7º Concut, nossa bancada foi menor e conseguimos garantir um representante no Conselho Fiscal. Já no 8º Concut, realizado em 2003, elegemos novamente um integrante da executiva nacional da CUT, retomando o patamar de 1997.

Nossa tendência não produziu um balanço consolidado de nossa atuação na direção nacional da Central, no período 1997-2003. Entretanto, está claro que nossa presença na direção da CUT, de 1997 a 2000, não evitou que a AE diminuísse sua representação no 6º Concut (2000). Por outro lado, mesmo fora da executiva e presentes apenas no Conselho Fiscal, conseguimos crescer entre o 6º e o 7º Concut.

Durante este mesmo período e até hoje, a atitude das direções estaduais da AE frente ao movimento sindical foi muito diferenciada. Em alguns estados, buscamos construir há bastante tempo um trabalho sindical. Noutros estados, esta preocupação não faz parte da pauta

cotidiana da tendência. Isso faz com que nossa representação nos Congressos da CUT seja inferior a nossa influência real no movimento.

Estamos presentes em diversas categorias organizadas, por exemplo: bancários, professores, jornalistas, metalúrgicos, construção civil, servidores, rodoviários, urbanitários, gráficos, comerciários, trabalhadores rurais, previdenciários etc.

Nossa participação no setorial sindical do PT é praticamente nula. Se é verdade que as direções da tendência só agora começam a se preocupar com a necessidade de um trabalho sindical permanente, podemos dizer também que nossos dirigentes sindicais ainda não organizaram sua intervenção na disputa da linha sindical do PT.

Uma das decorrências deste estado de coisas é a fraqueza de nossa reflexão própria sobre as questões do movimento sindical.

Apesar disso, registramos no último período um crescimento expressivo de nossa atuação no movimento sindical, recuperando os patamares que atingimos em 1997. Este crescimento está relacionado a vários fatores: ao crescimento geral da própria tendência, ao crescimento específico do nosso trabalho sindical, as divisões existentes noutras tendências do movimento sindical.

Neste momento, nossos principais desafios organizativos são: a) ganhar o conjunto da tendência para o caráter central, estratégico, prioritário, de nosso crescimento junto à classe trabalhadora assalariada; b) ganhar o conjunto da tendência para a importância de nosso crescimento no movimento sindical, tendo em vista atingir o objetivo acima mencionado; c) organizar a atuação da AE no movimento sindical; d) o que passa por elaborar uma linha sindical própria, que materialize -para as condições do movimento sindical-- a estratégia geral da tendência. O texto a seguir dá algumas indicações a respeito desta linha, tomando como referência as resoluções da Conferência Sindical Nacional, realizada dias 22 e 23 de novembro de 2003.

Aspectos da linha sindical

A linha sindical deve apontar diretrizes para nossa atuação nos sindicatos e organizações por local de trabalho; diretrizes para atuação nas CUTs estaduais e nacional; diretrizes para nossa política frente as organizações sindicais de caráter nacional, cutistas ou não; diretrizes para nossa relação com as demais tendências sindicais, petistas ou não.

Nas questões gerais --estratégia e programa de luta pelo socialismo, tática geral, posição frente ao Partido dos Trabalhadores e ao governo Lula - nossa linha sindical reafirma as posições aprovadas nos fóruns gerais da tendência.

Da mesma forma como disputamos os rumos do PT e do governo Lula, nossa posição é de disputar os rumos da Central Única dos Trabalhadores, tendo como perspectiva conquistar uma hegemonia em seu interior para posições socialistas, uma CUT classista, democrática, de luta, de massas, pela base e engajada no processo de transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo.

Os objetivos da AE no movimento sindical não serão conquistados apenas por nós. Por isso, defendemos a unidade de ação da esquerda da CUT, unidade que deve ser construída e materializada em ações práticas, nas lutas, nas mobilizações e não apenas visando a luta interna na Central.

Desde 1997, a AE tem buscado participar de iniciativas que visavam unificar a esquerda cutista. A partir desse objetivo geral, adotamos diferentes políticas de aliança com os demais setores da esquerda da Central. No último período, participamos do agrupamento denominado Fortalecer a CUT (composto por nós, pela Alternativa Sindical Socialista, pelo Movimento de Esquerda Socialista e por O Trabalho).

Divergências políticas expressivas nos separam dos demais setores da CUT. Embora com gradações importantes, a Articulação Sindical, a Corrente Sindical Classista e a CSD (DS sindical) adotam uma política conciliatória com a posição do governo federal. Já o Movimento dos Trabalhadores Socialistas (PSTU sindical) e outros setores da esquerda cutista adotam uma política "oposicionista".

O Fortalecer a CUT reúne, de maneira geral, a esquerda petista e cutista que entende a necessidade de disputar os rumos do governo. Mas a situação das várias correntes que integram o Fortalecer a CUT é muito complexa. O MES passa por um processo de redefinições, em que uma ala majoritária está saindo do PT e outra está constituindo uma corrente (Movimento de Unidade Socialista) que inclui militantes não-petistas. O Trabalho possui uma política autocentrada. A ASS vive uma enorme fragmentação interna.

Diante deste quadro, nossa política deve apostar em relações bilaterais, com prioridade para os setores hoje agrupados no Fortalecer a CUT; mas com ênfase, daqui até o próximo Concut, para um intenso trabalho de auto-organização da AE. Uma Articulação de Esquerda forte pode ajudar na organização da esquerda cutista, bem como na disputa de setores da base das correntes majoritárias, disputa que deve ampliar-se, devido aos rumos continuístas do governo federal.

Nossa inserção e nosso papel no movimento sindical serão tanto mais importantes, quanto mais pudermos fortalecer, no interior do movimento sindical, a Articulação de Esquerda. É fundamental, portanto, que construamos a corrente nas várias categorias em que atuamos. Assim, devemos participar e influenciar nos agrupamentos do movimento, dando norte político e influenciando para que nossa política seja implementada. Essa será uma das tarefas da nova Coordenação Sindical Nacional: discutir, com representantes das diversas entidades e setores, políticas para podermos crescer no movimento sindical.

Como militantes do PT, devemos construir uma clara diferenciação em relação a esquerda petista e ao MTS, sem incentivar qualquer sentimento de patriotismo de tendência ou uma visão sectária (tão equivocada quanto a esquerdista). No caso do MTS, tendência ligada a outro partido de esquerda (o PSTU), nossas relações devem ser táticas, diferente da aliança estratégica que buscamos implementar com o setor petista, principalmente com os que compuseram o campo Fortalecer a CUT, que deve ser encarada como estratégica.

Por esta razão, devemos avançar na construção da unidade e de pautas comuns de luta com as tendências que integram o Fortalecer a CUT. Devemos, também, buscar alianças em processos eleitorais das diferentes entidades sindicais. Não devemos nos esquecer, no entanto, de que nossa prioridade para o próximo período é o fortalecimento da AE e de suas propostas no movimento sindical, conforme assinalamos acima.

Papel do movimento sindical na atual conjuntura

Após os primeiros onze meses do governo Lula, está clara a necessidade de deslocarmos para a esquerda a correlação de forças na sociedade brasileira.

Para isso se faz necessário, entre outras ações, intensificar as lutas de massas, ampliar a politização e a organização por local de trabalho. Defender e conquistar direitos, ao mesmo tempo em que se eleva a organização da classe trabalhadora, é fundamental para que se construa, de fato, no Brasil, as condições para ferir de morte o neoliberalismo e abrir um novo padrão de desenvolvimento econômico.

Cabe ao movimento sindical, como principal movimento de massas no Brasil, um papel fundamental esta alteração de rumos do país.

Para isso, precisaremos enfrentar e superar, ao mesmo tempo, três grandes dificuldades: aquelas de natureza objetiva, ligadas aos efeitos do neoliberalismo sobre a vida e a organização dos trabalhadores; aquelas de natureza subjetiva, ligadas ao processo de "burocratização" do movimento sindical; e as mais recentes, ligadas a relação entre a CUT e o governo Lula.

As dificuldades de natureza objetiva alimentam mas também são alimentadas pelas dificuldades de natureza subjetiva. Todo o movimento sindical enfrentou um duro golpe, com a ofensiva neoliberal e a crise do chamado "socialismo real". Mas as dificuldades de natureza objetiva não justificam --embora ajudem a explicar-- todas as mudanças efetuadas na política da maioria da CUT.

A ofensiva neoliberal se beneficiou, largamente, da alteração de projeto e da postura da maioria da CUT; do imobilismo, do adaptacionismo, da incapacidade de respostas, da burocratização e da despolitização.

Por outro lado, há os que, mergulhados no idealismo, creditam à prática da maioria da direção da CUT toda a responsabilidade pelos problemas que passamos no movimento. Isto não procede, embora seja importante lembrar que, com antecedência em relação ao setor moderado do PT, a maioria da direção da CUT adotou uma estratégia de colaboração de classe, como ficou simbolizado no ato de 1991, convocado por Vicentinho em São Bernardo do Campo.

Na vida real, a colaboração de classe leva a seguidas concessões a políticas de flexibilização, desregulamentação dos direitos trabalhistas e isenção fiscal. Um bom exemplo disso está nas Câmaras Setoriais das montadoras de automóveis. Ao mesmo tempo em que as empresas aumentaram em mais de 50% o seu faturamento, só entre 1992 e 1994, reduziram de 2% para 1,1% sua participação no IPI e demitiram inúmeros trabalhadores.

Entre 1989 e 1995, foram demitidos 13,19% dos trabalhadores das montadoras e 26,29% dos metalúrgicos do ABC. Uma redução enorme de postos de trabalho para um Brasil que amarga mais de 50 milhões abaixo da linha de pobreza. A lógica corporativa de funcionamento das câmaras leva os trabalhadores a propor saídas para o seu setor em particular que, geralmente, entram em choque com os interesses do conjunto da classe. Isso amplia o corporativismo, o individualismo, a fragmentação do movimento.

Na verdade, o tal sindicalismo "cidadão" ou "propositivo" conduziu a uma conciliação com o neoliberalismo. Não é a toa que, durante o governo FHC, a CUT esteve presente na negociação da reforma da previdência, através da figura de Vicentinho.

Esta política não foi capaz de enfrentar a ofensiva que Collor desenvolveu contra os servidores, apresentados como "marajás". Ofensiva essa que se prolongou com FHC, carimbando os mesmos como "preguiçosos". Se já era difícil uma unidade entre trabalhadores

da iniciativa privada e do setor público, a ação corporativa acabou elevando essa dificuldade ao máximo.

É verdade que os servidores ainda não romperam totalmente a ilusão predominante no setor que os diferencia da classe trabalhadora (embora muito se tenha avançado após a constituição de 1988). Mas, de outro lado, parte dos trabalhadores da iniciativa privada, influenciados pelo senso comum, pela mídia e pelo discurso do governo, não os consideram como iguais, mas sim como privilegiados.

De maneira geral, portanto, não podemos cair nas simplificações objetivistas e nem voluntaristas. Apenas dizer que as mudanças neoliberais impuserem contenções ao movimento é tão impotente quanto afirmar, panfletariamente, que devemos retomar as mesmas ações e o mesmo modelo da década de 80.

Hoje, cresceram as terceirizações em todas as esferas, inclusive na pública, que já alcança cerca de 40% dos trabalhadores nos órgãos; há uma diversidade de contratos, que envolvem contratos provisórios, ampliação dos cargos de confiança, das contratações temporárias no serviço público; houve um processo acelerado de privatizações que alterou a forma de propriedade, transformou os serviços em valores de troca e ampliou a entrada (e a participação) do capital estrangeiro no país; houve uma priorização crescente do pagamento da dívida no orçamento da União e dos entes federados --lógica que presidiu a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal-- engessando a possibilidade de investimentos em áreas sociais; houve um processo de desindustrialização, acompanhado pela desnacionalização, que golpeou o parque nacional e a capacidade de produção; foram ampliadas as bases do latifúndio e do capital financeiro; e, em função disto, ampliou-se a distância entre a democracia formal e a democracia real, motivo pelo qual a maioria da população brasileira revela cada vez mais decepção com os processos eleitorais.

Todas estas dificuldades de natureza objetiva só serão enfrentadas caso o governo federal altere sua política atual e adote medidas que reconstituam a economia nacional, gerando crescimento, emprego e ampliação das condições de vida da maioria dos trabalhadores.

Como já dissemos, isso dependerá em certa medida do próprio processo de mobilização social. Que, por sua vez, depende de enfrentarmos as dificuldades, já citadas, de natureza subjetiva e política.

Há semelhanças crescentes entre o sindicalismo cutista de hoje —especialmente aquele dirigido pela corrente majoritária na CUT—e o sindicalismo pelego contra o qual a CUT se bateu durante os anos 80. Essa semelhança inclui a forma como são tratadas as oposições; inclui a dependência em relação a recursos oficiais (o imposto sindical e demais arrecadações compulsórias de ontem; o dinheiro do FAT, de planos de saúde e cooperativas de hoje) inclui a prioridade dada às máquinas sindicais, em detrimento da organização pela base; inclui a prioridade para a estrutura sindical por categoria, em detrimento dos ramos produtivos.

Condenamos e não concordamos com o acordo firmado entre a CUT e os banqueiros para que os sindicatos se transformem em agenciadores para o financiamento do empréstimo bancário para os trabalhadores(as).

O acordo firmado transforma os sindicatos em meros agenciadores, garantindo aos banqueiros a continuidade do lucro fácil e a garantia do empréstimo, haja visto que o financiamento será descontado diretamente na folha salarial do trabalhador.

A crescente distância entre os objetivos do novo sindicalismo dos anos 70 e 80 e o sindicalismo cutista dos anos 90 em diante, ainda não se traduziu no abandono do discurso construído na época da fundação da CUT.

Mas as contradições aumentam a cada dia e, junto com elas, cresce o rosário de bandeiras abandonadas ou que servem apenas para enfeitar as enormes pautas de negociação ou os infundáveis planos de luta. A estratégia sindical, para a maioria da CUT, está limitada às negociações parciais, que envolvem, na maioria das vezes, troca de direitos sociais, por privilégios para uma espécie de "aristocracia sindical".

Como dissemos antes, esta política alimentou, mas foi alimentada também, pelo refluxo das lutas sociais. No ano de 1987, em plena Nova República, houve 2.188 greves, número superior a quantidade de greves que tivemos entre os anos de 1995 e 2001. Ao mesmo tempo, as negociações ocorridas neste último período foram marcadas por concessões, como os planos de demissão negociada ou os bancos de hora.

Nesse contexto, o objetivo de um sindicato organizado por local de trabalho, sustentado única e exclusivamente pelas contribuições sindicais espontâneas, fortalecido pelo discurso classista, radical na defesa dos direitos, inequívoco na unidade de todos os setores da classe trabalhadora, foi sendo substituído pelo convívio prazeroso com uma máquina burocratizada, marcada pela disputa de cargos, rebaixada na politização, concentrada como força auxiliar do Estado, sobrevivendo com dinheiro do FAT (ou de outros convênios adicionais), marcada por acordos espúrios e sustentada no corporativismo.

Tornou-se comum, na disputa das entidades sindicais, o uso de expedientes espúrios, que lembram muito aqueles utilizados pela burguesia para manter-se no poder. Dinheiro do FAT, arrecadações assistencialistas, fraudes, impedimento da diversidade e democracia em comissões eleitorais, negação de informações, "patrimonialismo sindical", tudo isso passa a ser instrumento para ganhar as entidades em busca dos benefícios da burocracia e da estrutura da entidade.

A estrutura atual, vigente na maioria das entidades, é coerente com um modelo de movimento que se firma nas negociações pelo alto, no abandono total do local de trabalho, pela conciliação.

A organização dos trabalhadores

As organizações sindicais (sindicatos, associações de classe, confederações etc) devem ser instrumentos de luta pela melhoria das condições no trabalho. Portanto, não estão em contradição com a existência do trabalho assalariado e da exploração capitalista.

Apesar disso, as organizações sindicais são uma escola importante para a organização dos trabalhadores e um instrumento para o embate entre capital e trabalho, mesmo que este embate se dê nos marcos do capitalismo. Por isso mesmo, os petistas devem lutar para dirigir as entidades sindicais.

Ao dirigir entidades sindicais, os petistas devem ser capazes de organizar a luta de sua categoria específica, por melhores condições de vida e trabalho. Mas devem buscar ir além disso, colaborando para que os trabalhadores compreendam e participem ativamente da vida política e social de sua cidade, de seu estado, de seu país e do mundo.

Só a participação política é capaz de fazer a classe trabalhadora adquirir uma consciência socialista. Para isso, é preciso superar --continuamente-- os limites da ação sindical,

combatendo o sindicalismo tradicional, que tem como único horizonte os interesses de curto prazo da categoria; o sindicalismo “revolucionário”, que dá ao sindicato tarefas de partido político e pensa que o caminho para o socialismo está no conflito “direto” entre capital e trabalho (a luta por salários); e o sindicalismo social-democrata, que atribui aos sindicatos a exclusiva tarefa de lutar por salários e aos partidos a exclusividade das tarefas “políticas”.

Todas estas concepções sindicais —a tradicional, a economicista, a social-democrata e a nossa— estão presentes na Central Única dos Trabalhadores. No dia-a-dia da prática sindical, estas concepções muitas vezes se misturam e se confundem. Mas é preciso estudar claramente as diferenças, pois elas conduzem a resultados muito distintos.

É preciso entender que tanto o sindicato, quanto o partido político, são formas distintas de organização de uma mesma classe social. O papel que estas formas assumem na luta de classes depende, portanto, da atitude da classe trabalhadora na própria luta de classes. Em épocas revolucionárias —em que a maioria da classe está mobilizada-- os papéis muitas vezes se embaralham (citamos como exemplo o papel da COB no recente levante boliviano). Em épocas de forte refluxo —em que a maioria da classe está desmobilizada—os papéis também se embaralham (citamos como exemplo a necessidade do sindicalismo atuar de forma clandestina, durante algumas ditaduras, quase como atuavam os partidos de esquerda).

Já nos períodos “normais” da luta de classes, os papéis são mais nítidos, cabendo aos sindicatos organizar todos os trabalhadores, independente de credos, raça, opção sexual, determinação ideológica etc. Nesses períodos, os sindicatos não centram sua ação na luta pelo poder ou na defesa de programas gerais. Nos períodos “normais” da luta de classes, o centro da ação do sindicalismo é a luta por elevar as condições de vida, remuneração e trabalho.

Mas mesmo nesses períodos, os sindicatos possuem uma destacada importância política, expressa --por exemplo-- na credibilidade que os sindicatos possuem junto a massa dos trabalhadores. Dependendo da direção sindical, esta credibilidade pode ser utilizada para elevar o nível de consciência da classe trabalhadora, para orientar politicamente os trabalhadores no sentido de seus interesses históricos; ou pode ser dirigida no sentido de manter os trabalhadores sob a hegemonia da classe dominante.

Nesse sentido, é preciso distinguir a *independência* de classe, frente aos partidos, aos governos e ao Estado burguês; da *autonomia* de classe, frente aos partidos e aos governos de esquerda.

Pelo mesmo motivo, é importante politizar a disputa das entidades sindicais. Ao mesmo tempo que recusamos a idéia de que os sindicatos devem ser “correia de transmissão” dos partidos políticos (ou dos governos), defendemos que os partidos políticos podem e devem disputar a orientação das entidades sindicais.

Politizar é diferente, entretanto, de partidizar. Os sindicalistas devem pertencer a partidos políticos, devem defender abertamente as posições de seus partidos. Mas devem avaliar, a cada situação concreta, se cabe transformar uma posição estritamente partidária em posição sindical. Foi com base nesta avaliação que, em 1988, o Congresso da CUT rejeitou indicar o voto nas candidaturas do PT nas eleições daquele ano; foi também com base nesta avaliação que a CUT decidiu apoiar a candidatura do Lula, em 2002.

É com base nesta mesma avaliação que, geralmente, recusamos transferir, para o terreno sindical, algumas polêmicas programáticas que são necessárias dentro de um partido ou entre partidos, mas que são descabidas no movimento sindical. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer de que nada do que é humano nos deve ser estranho; assim, polêmicas que hoje

podem parecer descabidas num sindicato, amanhã são naturais –tendo sempre como critério o nível de consciência da massa trabalhadora.

Tendo em vista a pluralidade de correntes que atuam no movimento sindical, todas elas expressando diferentes segmentos e opiniões presentes na classe trabalhadora, defendemos a mais ampla democracia no movimento sindical, particularmente no interior da CUT e dos sindicatos filiados a CUT.

A grande maioria dos sindicalistas que abraçaram o movimento sindical combativo, classista e pela base, assim como todas as tendências socialistas que atuam na CUT, defendem a democracia. Essa defesa precisa se materializar na existência: de organizações por local de trabalho; de conselhos de representantes nos sindicatos; da democracia nos processos eleitorais; de convenções no campo da CUT.

Uma das formas que a democracia pode assumir é a existência de proporcionalidade na composição das direções sindicais. No caso dos sindicatos de base, a proporcionalidade pode jogar um papel positivo, a depender de cada situação.

É evidente que pode haver momentos conjunturais em que a proporcionalidade se torna inviável, por conta da correlação de forças. Um exemplo disso foi o período que se viveu imediatamente após a ditadura militar. Os sindicatos estavam tomados pelos interventores, os pelegos eram maioria e o movimento sindical combativo que nascia --no final dos 70 e início dos 80-- era majoritariamente composto por oposições sindicais.

Naquele momento específico, a prioridade era disputar as direções sindicais, retirar os interventores do regime militar de dentro dos sindicatos; organizar os trabalhadores por meio de uma política classista; reativar o movimento de massas; alterar a correlação de forças nas entidades. Certamente que a proporcionalidade seria então um obstáculo, pois era necessário livrar de vez os sindicatos dos pelegos "biônicos" que estavam nas entidades. Não é esse o quadro do movimento sindical hoje.

Hoje, a CUT possui vinte anos. Os sindicatos não vivem mais a imposição dos interventores. Já há no interior da Central uma significativa diferenciação de projeto político e sindical. A Central Única dos Trabalhadores é a principal organização de trabalhadores do Brasil, da América Latina e disputa esse posto no planeta. As condições são, portanto, diversas. Por outro lado, as contradições, dentro da própria CUT, são profundamente elevadas.

A adoção da proporcionalidade na direção dos sindicatos, na medida em que institucionaliza o compromisso de buscar resolver essas diferenças em marcos organizativos comuns, pode --ou não-- contribuir para o tratamento adequado das contradições existentes dentro da classe trabalhadora.

Posição frente ao “pacto social” e ao CDES

A eleição de Lula, com o apoio explícito da CUT, criou uma nova situação para a esquerda política e social brasileira, inclusive para o movimento sindical. Frente a esta nova situação, é preciso avaliar politicamente como se posicionar frente a pautas antigas que agora são apresentadas por novos personagens.

Uma destas pautas antigas é o “pacto social”, expressão utilizada para denominar acordos de cúpula, em que os trabalhadores pagam a conta. Frente a esta pretensão, a política da esquerda deve ser clara: rejeitar o pacto social, por acreditarmos que a conciliação de classes,

particularmente a sujeição dos trabalhadores à burguesia, não contribui para a construção de um Brasil democrático, popular, soberano e –muito menos—socialista.

Outra destas pautas antigas é a tentativa de cooptar a esquerda política e os movimentos sociais, através da participação em conselhos governamentais e/ou tripartites.

De maneira geral, o movimento sindical não pode, não deve e não tem motivos *de princípio* para recusar a sua participação em conselhos formados por iniciativas de governos democraticamente eleitos. Afinal, a natureza do movimento sindical envolve a negociação permanente com o patronato e com o governo. Evidentemente, o fato de não haver razões de princípio, não quer dizer que por princípio o movimento sindical deva participar de todo e qualquer conselho.

Na conjuntura aberta pela vitória de Lula, a situação torna-se ainda mais complexa. Afinal, temos não apenas um governo democraticamente eleito, mas também um governo cuja vitória foi desejada e apoiada pela CUT, bem como pela ampla maioria da esquerda política e social brasileira.

Nessas condições, a decisão de participar de conselhos governamentais e/ou tripartites ganha muita força e encerra perigos ainda maiores. Até por isto, deve ser analisada como uma questão política geral, não apenas como uma questão de política sindical.

Este é o caso, destacadamente, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), composto por onze representantes do governo federal e 82 representantes “da sociedade”, dos quais 41 são empresários (cinco da agropecuária; dois do comércio; sete do setor financeiro; 23 da indústria; quatro do setor de serviço), vários dos quais devem à previdência.

O movimento sindical possui treze representantes: um da CAT; um da CGT; um da CUT; um da CGTB; um da CNTI; um da CNTE; um da COBAP; um da CONTAG; um da FETRASI SUL; um da Força Sindical; um do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e um do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

O restante do movimento social possui onze representantes, entre os quais um representante da UNE; um da SBPC; um do MST; um da Pastoral da Criança; um da Rede de Entidades de Mulheres Negras; um do Instituto Ethos; um da FNAS; um da CEB; uma da CIVES e um da Ayrton Senna. Ou seja, vários representantes de ONGs se tornaram, por convicção do governo, representantes de movimentos sociais. Além disso, há as chamadas personalidades, em número de dez; além de dois representantes da “cultura”: Lucélia Santos e Milu Villela.

Os componentes do CDES estão assim divididos nas Unidades da Federação: treze do Sul (cinco do Paraná, sete do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina); 55 do Sudeste (três de Minas Gerais, sete do Rio de Janeiro e 45 de São Paulo); 10 do Centro-Oeste (sete do Distrito Federal, um de Goiás e um do Mato Grosso do Sul); três do Nordeste (um de Alagoas, um do Ceará e um de Pernambuco). Não há nenhum membro do Norte do país.

A primeira "Carta de Concertação" do CDES diz que "o grande desafio do nosso país, hoje, para todos os que amam a democracia e querem aperfeiçoá-la, é promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição para bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, que poderá levar a um confronto de ricos e pobres, sem perspectivas de solução pela política nos marcos da democracia". A carta afirma que, para isso, os membros do CDES e "parceiros sociais" --representados no Conselho-- precisam "tomar consciência plena de algumas

limitações que sempre acompanham pactos e acordos com possibilidades a serem construídas": "a agenda da concertação não vai satisfazer todos os interesses específicos de classe, grupos ou setores da sociedade; é necessário regular abertamente os conflitos; manter a estabilidade e regular as contas públicas para democratizar o Estado".

Fica claro, portanto, que o Conselho assume abertamente que busca fazer o que nenhum governo burguês conseguiu até agora: constituir e promover um profundo pacto social no Brasil. Neste sentido, o Conselho é mais uma materialização da estratégia geral adotada pelo campo moderado do Partido.

Nossa política frente ao Conselho não pode se limitar a “denúncia” e a “recusa de participar”. Em primeiro lugar, porque isso não resolveria o problema de fundo: a iniciativa e a composição do Conselho partiram do nosso governo e tem o apoio de nosso partido. Em segundo lugar, porque a simples “marcação de posição” não teria efeitos práticos sobre a atitude de outros movimentos sociais.

Por outro lado, é óbvio que não concordamos que nosso governo dê vida a um Conselho com os propósitos descritos na Carta de Concertação; nem aceitamos submeter os interesses da classe trabalhadora a este tipo de “fórum”.

Por conta disto, nossa posição frente ao CDES envolverá três ações combinadas: por um lado, questionar teoricamente seus propósitos, sua composição e seu pífio desempenho; por outro lado, questionar o conjunto dos movimentos sociais ligados ao campo democrático e popular, sobre a validade de permanecer no CDES; em terceiro lugar, propor, no âmbito do PT e demais partidos de esquerda que apóiam o governo, a dissolução do Conselho.

A possibilidade de uma saída unilateral do Conselho, por parte de uma ou mais entidades por nós influenciadas, fica condicionada a evolução dessas ações e da conjuntura geral do país.

Fórum Nacional do Trabalho

Criado no mesmo espírito do CDES, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), conforme consta no decreto 4.796/2003, é uma instância cuja função é "coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil". Segundo o mesmo decreto, uma das finalidades do Fórum é "promover o entendimento" entre as três partes, visando “construir consensos sobre temas relativos ao sistema brasileiro de relações de trabalho, em especial sobre a legislação sindical e trabalhista”.

A idéia de que esses consensos podem ser obtidos a partir de um espaço de diálogo nos moldes do FNT obedece à mesma lógica presente na constituição do CDES: a de que é possível a afirmação de um pacto social entre as classes, em nome de um “interesse geral” da sociedade brasileira, que deve ser colocado acima dos interesses específicos.

O problema desse tipo de formulação é a crença em uma possível conciliação entre as classes sociais, que desconsidera o fato de que os interesses de classe não são só diferentes: são antagônicos. Isso significa que é impossível atender aos anseios de uns sem ferir os interesses dos outros.

Levando em conta a atual correlação de forças na sociedade brasileira, é evidente que este tipo de “negociação” tende a favorecer o lado mais forte – os “empregadores”, na definição do Fórum.

O que poderia existir de novo na conformação do FNT seria justamente o fato dele ter sido proposto por um governo dirigido pelo PT, que poderia, em tal estrutura, assumir a defesa clara dos interesses da classe trabalhadora, deslocando a correlação de forças a seu favor.

A postura do governo até agora, no entanto, tem sido a de assumir um papel de “árbitro” nessas negociações, reafirmando sua “neutralidade” e “imparcialidade” no processo – o que, nas condições já citadas, significa apenas corroborar para que os interesses da burguesia se sobreponham aos interesses dos trabalhadores.

Assim sendo, o risco inerente à participação nesse fórum é o de que, sendo um espaço de “conciliação” de classes, transforme-se em um instrumento para a cooptação dos representantes da classe trabalhadora, na medida em que os torne fiadores de acordos que resultem em perdas ainda maiores para os empregados.

É claro que, ao dizermos isso, não estamos negando a negociação como um momento legítimo da luta sindical. Negociação não é sinônimo de pacto. A classe trabalhadora, atuando nos marcos da organização estatal capitalista, com suas leis e com a democracia dita representativa, não pode se negar a negociar. Isso seria um equívoco profundo, pois facilitaria o predomínio da burguesia.

Mas a negociação será sempre mais ou menos proveitosa para os trabalhadores, dependendo do grau de organização e da capacidade de luta que tenha a classe. Portanto, negociar e lutar não devem nunca ser excludentes, sob pena de transformarem-se em instrumentos que se anulam mutuamente.

Por tudo isso, entendemos que a nossa política frente ao FNT não pode se limitar a “denúncia” e a “recusa de participar”. Em primeiro lugar, porque isso não resolveria o problema de fundo: a iniciativa e a composição do FNT partiram do nosso governo e tem o apoio de nosso partido. Em segundo lugar, porque a simples “marcação de posição” não teria efeitos práticos sobre a atitude do conjunto do movimento sindical.

Por outro lado, é óbvio que não concordamos que nosso governo dê vida e participe do FNT, adotando uma postura “neutra”, quando deveria ter uma postura de ativa defesa dos interesses dos trabalhadores; nem aceitamos submeter os interesses da classe trabalhadora a este tipo de “fórum”.

Por conta disto, nossa posição frente ao FNT envolverá quatro ações combinadas: por um lado, participar ativamente do debate sobre a reforma sindical e trabalhista, defendendo neste debate as posições históricas da CUT; em segundo lugar, questionar teoricamente os propósitos, a composição e o desempenho do FNT; em terceiro lugar, caso o governo federal não rompa com sua atual “neutralidade” e a depender dos rumos da reforma sindical e trabalhista, questionar o movimento sindical ligado ao campo democrático e popular, sobre a validade de participar no FNT; em quarto lugar, propor, no âmbito do PT e demais partidos de esquerda que apóiam o governo, a mudança da postura do governo no FNT ou, caso isto não ocorra, a mudança de posição do próprio Partido frente ao FNT.

A possibilidade de um “rompimento” unilateral com o FNT fica condicionada a evolução dessas ações e da conjuntura geral do país.

Os fundos de pensão

O governo federal, ou pelo menos seu núcleo hegemônico como expressão que é dos setores moderados do PT e da CUT, há tempos flerta com o capital financeiro como interlocutor

"legítimo". A aposta nos fundos de pensão não deixa de ser um derivativo dessa aliança, podendo ser explicada tanto pelo poderio econômico gerado por esses fundos e vantagens correlatas (tais como cargos, altos salários e influência) como por uma posição, dita estratégica, que os concebe como uma alavanca do desenvolvimento econômico. Lula declarou que é seu objetivo incentivar o crescimento do setor de fundos de pensão no Brasil, e até compareceu a um seminário internacional do setor realizado no Rio de Janeiro, pedindo-lhes que na hora de investir "lembrem-se do social", como se a lógica determinante desses fundos não fosse exclusivamente o lucro. Por intermédio da reforma da Previdência do setor público e também do estímulo aos chamados "fundos instituídos" (criados por sindicatos ou associações das mais diversas naturezas), o governo visa usar o setor como fonte de investimentos para o crescimento da economia.

O uso de fundos de pensão para aumento do nível de poupança interna e do crescimento é chamado por alguns analistas de "capitalismo dos fundos de pensão". Os grandes investidores no mercado de ações seriam fundos de pensão formados por milhares de trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo seriam "pulverizados" os investidores através dos fundos e os proprietários através do fracionamento das ações. Ele teria o potencial, assim, de transformar os trabalhadores em "proprietários" ou controladores de uma ou mais empresas, por meio do controle acionário.

Pergunta-se: se é tão bom, como pode agradar tanto a esquerda quanto a direita? Instituições como o Banco Mundial e a Fundação Heritage, ligada ao Partido Republicano (EUA); e, no Brasil, a revista VEJA (que dispensa apresentações) e intelectuais conservadores como Paulo Rabello de Castro, da FGV, autor do artigo intitulado "Operários ou acionistas?", são grandes defensores dos fundos, sem falar no PFL.

Do outro lado, partidos e sindicatos de centro-esquerda, e intelectuais de prestígio, como Robin Blackburn, que em artigo de 1999 na *New Left* chamou o modelo de possível "novo coletivismo", que teria o potencial de fazer valer, através dos fundos, os interesses dos trabalhadores nas direções das empresas. No Brasil, ao que parece, a defesa ideológica dos fundos "pela esquerda" não conquistou intelectuais e vem sendo feita quase exclusivamente por sindicalistas que detêm postos na gestão dos grandes fundos de pensão das estatais, ligados à Articulação Sindical. Uma quantidade imensa de empregos e influência gira em torno destes investimentos. Além dos cargos na gerência, os fundos têm influência nas empresas em que detêm investimentos. A Previ, por exemplo, controla 343 cargos com alta remuneração em conselhos fiscais e de administração das empresas onde possui ações. São companhias dos mais diversos setores, inclusive bancos. Como o mercado financeiro brasileiro é relativamente pequeno, o poder dos fundos de pensão dentro deles é enorme. A Previ tem aproximadamente R\$ 15 bilhões na Bolsa de Valores. No caso das estatais, quem controla realmente os fundos acaba sendo o próprio governo, que muitas vezes usa estes recursos para financiar suas políticas de desenvolvimento. O governo atual vem discutindo a atuação conjunta dos investimentos dos fundos de estatais com as novas diretrizes de política de investimento do BNDES. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso o foco dos fundos foram as privatizações, nas quais eles foram essenciais para viabilizar compradores para muitas estatais. O governo também usou os fundos na "escolha" dos consórcios empresariais que viriam a adquirir determinada empresa. A Previ comprou 15% da Usiminas e da Acesita; e 9,8% da Embraer, mesmo percentual adquirido pelo Sistel (ligada às empresas do antigo sistema de telefonia Telebrás). Foi também a Previ que viabilizou com seus recursos a compra da Vale do Rio Doce pelo consórcio liderado pelo empresário Benjamin Steinbruch, operação que levou o país a perder uma de suas mais importantes empresas, possuidora das mais importantes reservas estratégicas de minerais em todo o mundo. O caso mais célebre do

período ocorreu em 1998, no leilão das empresas de telecomunicações (sistema Telebrás). A Previ aliou-se ao consórcio Telemar, do empresário Carlos Jereissati, na disputa da área do leilão conhecida como Tele-Norte, que abrange a telefonia fixa de 16 estados, inclusive Minas Gerais e Rio de Janeiro. Graças ao dinheiro da Previ a Telemar adquiriu a concessão com apenas 1% de ágio. Revelada a transação, o escândalo derrubou Luis Carlos Mendonça de Barros do Ministério das Comunicações e implicou o próprio FHC.

Por outro lado, os fundos de pensão abertos, pertencentes a instituições financeiras, tendem sempre a uma crescente concentração. É o caso do Chile e da Argentina, onde esse setor é controlado por conglomerados estrangeiros e nacionais e vem passando por fusões e aquisições. No Chile, os 21 fundos existentes em meados da década de 1990 reduziram-se a apenas sete em 2003. Na Argentina, o sistema privado de pensões está profundamente implicado na avassaladora crise vivida pelo país em 2001-2002. Na visão do economista italiano Ricardo Bellofiore, o reformismo dos fundos de pensão é uma idéia socialmente destrutiva, pois a pressão dos agentes financeiros para que os investimentos rendam cada vez mais recairá justamente sobre os trabalhadores, aumentando a precariedade do trabalho e reduzindo salários.

Benefícios para deficientes

A lei é clara quanto a questão das doenças ocupacionais. A norma regulamentadora 17 estabelece limites para as atividades que envolvem esforços repetitivos.

O que queremos? Queremos maior aplicação da lei, para que haja mais respeito por parte das empresas e maior rigor na aplicabilidade da lei e exigência na observância das normas que regulam as atividades profissionais, entre elas a NR17.

O setor de telemarketing, por exemplo, é uma fábrica de produção de trabalhador acometido de ler/dort. Este setor mutila o trabalhador e em seguida descarta-o. A maioria das empresas utilizam-se do exame periódico para demitir trabalhadores/as portador de ler/dort.

Pede-se: a)garantir a preservação dos direitos do trabalhador com doença ocupacional, previsto em lei. Não pode ser demitido; b)exigir que as empresas abram comunicação de acidentes de trabalho – CAT; c)não permitir que exames periódicos sirvam para demitir trabalhador doente; d)punição às empresas que mascaram o encaminhamento do portador de “doença ocupacional” com “código” de “doença comum”; e)garantir na lei que o dirigente sindical possa acompanhar as fiscalizações das DRTs (Delegacias Regionais do Trabalho); f)garantir intervalos de 10 minutos a cada hora trabalhada para atividades com esforços repetitivos e o máximo de 06 (seis) horas dia; g)garantir a implantação de CEST (Centro Especializado em Saúde do Trabalhador) ligado às secretarias municipais, com poder de intervenção, fiscalização e proteção do trabalhador portador de doença ocupacional; h)acabar com os convênios prisma entre empresa e INSS, porque só servem para a empresa, estes convênios são questionáveis.

A constituinte garantiu o pagamento de um benefício (01 salário mínimo) a título de aposentadoria para pessoas deficientes incapacitados/as para o trabalho.

A regulamentação define uma renda per-capita de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) por pessoa da família, e apenas uma aposentadoria por família mesmo que esta família tenha mais de um deficiente.

O convívio com esta situação vem mostrando que este benefício é insuficiente para a sobrevivência destes indivíduos, uma vez que a grande maioria são usuários de medicação

cara e não disponível na rede pública de saúde além da necessidade dos deslocamentos constantes em busca de tratamento e terapias. Dessa forma, avaliamos a necessidade da lei e sua conseqüente alteração quanto ao valor e forma de relação para a aquisição da mesma.

Balanço da campanha salarial e da greve dos bancários

Nos últimos anos --2001, 2002 e 2003— a categoria bancária realizou campanhas salariais rebaixadas, tanto nos bancos privados como nos estatais. Nos bancos privados os índices da inflação dos respectivos períodos não foram repostos:

Em 2001 o INPC foi de 7,31% e de reajuste de 5,50%. Em 2002 o INPC foi de 9,16% enquanto o reajuste foi de 7%, já em 2003 para o INPC de 17,52% recebemos 12,6% de reposição, tendo que amargar uma redução salarial de 4,92%, resultando no pior acordo da categoria bancária dos últimos anos.

Se ousamos construir uma campanha salarial com uma pauta única e mesa única, as especificidade e particularidades da categoria não foram respeitadas. A estratégia de não unificar a categoria com mobilizações e ações em conjunto foi um verdadeiro retrocesso. Pela primeira vez nesses últimos anos a categoria deu demonstração de participação e engajamento nas atividades e paralisações que foram chamadas pelos sindicatos, mas a executiva nacional e a direção dos grandes sindicatos de bancários conduziram uma campanha salarial sem uma perspectiva de acúmulo de força na categoria, onde se fazia as atividades nos bancos e até nas regiões, mas não se discutia com todos os bancários a possibilidade de fazer um enfrentamento maior da categoria, que poderia inclusive culminar numa greve nacional dos bancários, já que o arrocho é muito grande na categoria.

A categoria não sendo chamada a se organizar nacionalmente para discutir uma alternativa ao arrocho salarial imposto a princípio pela Fenaban, ficou no aguardo de melhores propostas feitas pelos banqueiros, evidentemente uma campanha que se iniciou oficialmente no dia 13 de junho com conferência nacional, passou três meses fazendo pequenas atividades, sem chamar assembleias de conjunta de todos os bancários, sem construir grandes mobilizações unitárias, sem discutir de uma maneira fraterna, firme com todos a necessidade real de fazer uma greve de toda categoria bancária, caso a proposta dos banqueiros não repusessem as perdas salariais.

Sem discutir uma alternativa da categoria, o prolongamento da campanha começa a deixar a categoria aflita, após as negociações de 18 de setembro, começa se discutir de uma maneira informal a famigerada proposta dos abonos salariais. Em São Paulo, tivemos o cancelamento das atividades sindicais por quinze dias (paralisações das terças e quintas e plenárias que estavam sendo feitas nas regionais); o quadro de mobilização que vinha crescendo foi interrompido justamente quando os banqueiros mais desrespeitaram a categoria, desmarcando negociações e mantendo a proposta rebaixada de 10%.

O saldo que fica dessa campanha é que a categoria como um todo queria um acordo melhor do que o assinado com a Fenaban; diferentemente dos anos anteriores, os bancários deram demonstração de força e participação.

No Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, a base derrotou em assembleias a direção da maioria dos sindicatos e a executiva nacional, que orientaram a defesa de uma proposta rebaixada oferecida pelo governo, pior que a proposta da Fenaban.

Os trabalhadores do Banco do Brasil e Caixa mostraram que, com luta e unidade nos locais de trabalho, é possível derrotar o pessimismo e a política do possível. Durante a greve,

despontaram vários delegados sindicais de base, que foram preponderantes na luta e na organização da greve dos trabalhadores.

Os servidores públicos

A greve do funcionalismo público federal, realizada no primeiro semestre de 2002, contra a “reforma” da previdência, demonstrou claramente os limites da política defendida pelo setor moderado da direção da CUT.

Deflagrada a greve, a CUT vacilou em dar apoio ao movimento, o que permitiu o avanço de setores da direita e historicamente pelegos no movimento dos servidores, inclusive com a criação da CSP (Central dos Servidores Públicos).

Plataforma de atuação

A atuação dos militantes sindicais da Articulação de Esquerda, além de defender a política geral da tendência, bem como buscar dar conta das discussões e reivindicações específicas de suas categorias, deve articular-se nacionalmente em torno de alguns eixos centrais de ação sindical, conforme apontamos a seguir:

- ⇒ A luta contra o desemprego, pela reposição das perdas salariais e pela elevação da renda dos trabalhadores;
- ⇒ A luta pela reforma agrária;
- ⇒ A luta por outra política econômica;
- ⇒ O combate à flexibilização da CLT bem como a qualquer iniciativa que resulte em perda de direitos para os trabalhadores;
- ⇒ Uma participação ofensiva no debate sobre as reformas sindical e trabalhista, em defesa das posições que a CUT construiu nos últimos 20 anos, ampliando direitos de toda a classe trabalhadora;
- ⇒ A luta contra todas as formas de precarização das relações de trabalho (terceirização, subemprego, contratos temporários, trabalho informal etc);
- ⇒ A luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e pelo cumprimento da legislação que prevê jornada de 6 horas em várias categorias profissionais;
- ⇒ A busca pela implantação efetiva de formas de organização por local de trabalho;
- ⇒ A luta pela garantia do mais amplo e irrestrito direito de greve;
- ⇒ A defesa da livre organização sindical nos locais de trabalho e da manutenção da estabilidade provisória para os dirigentes sindicais

Nossa política no movimento popular

A VI Conferência constituirá uma comissão para, no prazo de 60 dias, elaborar um projeto de resolução a respeito de nossa posição frente as questões de gênero, frente a questão racial, frente a questão dos portadores de deficiência.

A VI Conferência constituirá uma comissão para, no prazo de 60 dias, elaborar um projeto de resolução a respeito de nossa posição nos movimentos populares, para debate e aprovação

pela direção nacional da AE. Tal resolução deve levar em consideração que a política de diminuição do papel do Estado, consolidada na década de 1990, com o fortalecimento do projeto neoliberal, fragmentou a luta por políticas sociais, havendo um retrocesso do envolvimento desses movimentos com a luta geral.

Houve neste período alguns esforços no sentido de formar agrupamentos que debatessem a luta mais geral, como foi o caso do Fórum Nacional de Lutas, que teve início em 1997 e que funcionou até 2001. Mas este espaço deixou de ser, nos seus últimos dois anos, um espaço de debates da agenda de lutas dos movimentos sociais e passou a ser um espaço de debates do calendário eleitoral.

Por outro lado, diminuiu neste período o grau de organização dos movimentos populares, que passou a ter um número menor de movimentos de caráter nacional e um número maior de movimentos de caráter municipal, sem que estes de caráter municipal conseguissem combinar a sua luta específica com a luta mais geral.

Este cenário de pulverização em âmbito municipal dos movimentos populares, fez com que a grande maioria dos movimentos populares jogasse esforços na luta institucional, particularmente nos conselhos.

Este cenário, que se consolidou na década de 1990, chega aprofundado em 2003, com a diminuição do poder de compra dos trabalhadores/as e um alto índice de desemprego, levando os movimentos populares a enfrentar não só o debate das políticas sociais e o papel do Estado, mas também o debate sobre a questão do desemprego, como sua bandeira de luta.

Hoje temos um cenário muito difícil para o movimento popular, pois o movimento popular precisa estar altamente organizado para que possa exigir do governo que não corte recursos das áreas sociais e que fortaleça os assalariados e as organizações populares.

No próximo período, a militância petista, em particular a que atua nos movimentos populares, levando a pensar em ações como: a) trabalhar a fragmentação dos movimentos populares, deve que atuem de forma unificada; b) conciliar a luta por políticas sociais e contra o desemprego; c) ter uma vanguarda do movimento popular dirigente, para atuar nos conselhos de forma organizada com organizações de base consistente; d) ter interdependência de classe, com interdependência com o governo.

Para que isto ocorra é importante ter mais dirigentes nos movimentos, atuando em espaços de direção e de assessoria; atuar na Central de Movimentos Populares, que é hoje um importante instrumento estratégico para unificação dos movimentos populares; atuar na Coordenação nacional dos movimentos sociais, que se propõe a ser um canal de discussão conjunta para incidir na conjuntura; construir uma grande campanha contra os cortes nas áreas sociais; participar das grandes mobilizações contra o desemprego.

Nossa política para a juventude

Juventude é um conceito social, construído historicamente. Juventude não é classe, nem categoria, muito menos um grupo específico e homogêneo. Uma das características da juventude é a transição para ou de início da idade adulta. Se confunde um pouco com a idéia de adolescência, embora a juventude se estenda além dela. A identificação com o período de estudo e, portanto, de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, é outra grande marca.

Na maioria dos países, quando se fala em juventude, se pensa em algo dos 15 aos 25, mais ou menos. O fato é que “juventude” é um conceito que se adequa a uma faixa etária de acordo com a realidade sócio-econômica de um país.

Nos países subdesenvolvidos, a faixa etária tende a se estender um pouco mais, pois não há acesso à educação e ao emprego. O Brasil tem grande parte de sua população - cerca de 30% - na faixa dos 15 aos 25. É o quinto país em população jovem do mundo e é responsável por 50% da juventude da América Latina. No entanto, as políticas direcionadas à figura do jovem são mais associadas com a criança/adolescente. Até porque a característica de que os jovens são aqueles que se preparam para o mercado de trabalho não é tão forte no Brasil, campeão do trabalho infantil e precoce.

Do ponto de vista das políticas públicas, o que existe de acúmulo é justamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. A faixa etária dos 18 aos 25 anos já é, para todos os efeitos, adulta, e não se considera, por exemplo, a especificidade do primeiro emprego juvenil ou a necessidade de outras ações específicas para os jovens desta faixa.

O fenômeno “juventude” passou a ser explorado há pouco tempo pelo Poder Público. Apesar da criação de secretarias, assessorias e coordenadorias de juventude nos governos municipais e estaduais, ainda não se tem muito claro qual é seu papel ou sua ação. O governo do PSDB criou, no estado de SP, uma Secretaria de Juventude que aplica uma política desportiva e que reforça a idéia de “juventude disciplinada”; já o governo do PT na capital paulistana aposta em uma política pública “eventista-cultural”, que visa o lazer politicamente correto, mas que não dá conta de organizar um aparelho público. Enfim, são poucas as experiências que temos de políticas específicas para esse setor e, quando há, em geral é desqualificada e não tem nada mais do que o assistencial. As poucas experiências de governos do PT que tiveram algum êxito na disputa ideológica e de formação concreta de espaços e aparelhos públicos foram a Prefeitura de Porto Alegre, através da coordenadoria de PPJ e a experiência do Fórum de Juventude, constituído através do Orçamento Participativo de Juventude de Belém.

As políticas públicas para a juventude devem ser mais do que ações de assistencialismo ou agregadoras de juventude. O projeto democrático e popular deve compreender a juventude como um setor que tem especificidades, e que vive um momento de conflitos e decisões importante para a disputa ideológica.

Por isso, o programa democrático e popular para a juventude deve ter como base a formação do indivíduo, um cunho ideológico bem marcado. Um exemplo disso é estabelecer prioridades de temas para os projetos juvenis. O governo Lula deve incentivar a produção de ações que pautem a disputa ideológica social, rompendo com a lógica limitada a disputar a juventude com o narcotráfico ou de incentivar a formação profissional como ação disciplinadora da juventude.

Emprego para juventude

A juventude é um setor importante na economia brasileira. Em 2000, segundo o IBGE, os jovens correspondiam a 34 milhões de brasileiros. Dentre esses, pelo menos 20% é economicamente ativo, ou seja, produz e consome.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o jovem deve ter o direito de estudar, pelo menos até o segundo grau, sem precisar trabalhar. Combater o trabalho infantil e todas as formas de precarização do trabalho deve ser um princípio para o governo Lula, bem como garantir acesso universal à educação. A idéia de retardar a entrada da juventude no mercado de trabalho pode ser uma forma concreta de viabilizar educação adequada e condições mínimas de trabalho para a juventude.

O Projeto Primeiro Emprego, que o governo Lula vai implementar, já tramitou na Câmara e foi aprovado pelo Senado. Ele aponta uma política de geração de empregos onde o Governo Federal subsidia as empresas privadas que contratarem jovens para o seu quadro. Mesmo assegurada a permanência do trabalhador “não jovem”, o programa é problemático no sentido de incentivar os sub-empregos, não debate a questão do desemprego, e não aponta, como na maioria dos demais projetos de mesmas características, a criação de sistemas de produção de cooperados ou qualquer coisa que incentive o jovem a compreender a lógica em que está inserido. Além disso, não garante o tempo necessário de estudo e de lazer que o jovem necessita.

Devemos lutar para que o governo, dentro de um plano geral de geração de empregos, execute políticas específicas de incentivo ao emprego dos jovens em condições específicas.

Cultura, esporte e lazer

“O mundo atual tem levado a ciência e a arte a um patamar tal de subordinação às leis do mercado, ao ponto de castrar aquilo que a livre manifestação científica, artística e intelectual conserva de individualidade em sua gênese como fruto de um acaso precioso, ou seja, como uma manifestação mais ou menos espontânea da necessidade. Toda a descoberta científica que não esteja de acordo com os interesses das grandes empresas transnacionais, que não esteja a serviço do aumento da taxa de lucro dos grandes grupos econômicos, mas que, ao contrário, tenha como base a busca pelo bem estar da humanidade e a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras é marginalizada e não encontra, nem da parte das empresas privadas ou dos governos de plantão, condições materiais para a sua aplicação social em larga escala. Da mesma forma, toda a produção artística, literária ou jornalística que não encaixa-se nos padrões da grande indústria cinematográfica, fonográfica, das artes plásticas, editorial e dos grandes meios de comunicação é desprezada e assassinada por absoluta falta de meios materiais para sua expressão.” Rompendo amarras para a Bienal de cultura da UNE no RJ

A perspectiva libertária que a cultura e as artes podem trazer à humanidade está cada vez mais à margem da indústria cultural. Na juventude, essa expressão é ainda mais exacerbada, uma vez que o capitalismo compreende a juventude como um setor específico de consumo. É para a juventude que a

maior parte da indústria fonográfica dirige a sua produção. Nesse sentido, esse é o setor em que temos mais condições de executar uma política pública que dispute uma concepção e uma lógica de produção e de sociedade.

A universalização do acesso à cultura, aos bens culturais, com a constituição de espaços públicos de lazer e cultura para a juventude, deve ser a palavra-de-ordem. A juventude é um expoente de produção alternativa. As bandas de rock ´n roll, os grupos de teatro universitários e secundaristas, os corais, as rádios comunitárias nos bairros ou nas escolas, o hip-hop com a produção de artes gráficas através do grafite, da dança através do break, da literatura através dos fanzines ou da música através do rap, precisam de suporte e de espaço público para poderem ser divulgados e difundidos.

Algumas cidades já têm os estúdios públicos para a produção musical, equipamento público para que os jovens tenham como gravar as músicas e editar uma fita demo ou um CD e a adequação de espaços públicos para a produção e apresentação de teatro, a utilização dos teatros municipais para ensaios. Sem contar que é preciso um programa que estimule a juventude a ter acesso às artes, com programas de visitas gratuitas a museus, e a garantia da meia entrada para todos os jovens até 21 anos em teatros, cinemas, show's e outros eventos artísticos culturais, e a utilização da carteira das entidades nacionais UNE/UBES.

O esporte é outro ponto necessário para a atuação do governo. A juventude precisa de aparelhos públicos que incentivem a prática de esportes: quadras poliesportivas, pistas de skate e paredões de alpinismo são equipamentos que podem ser instalados em qualquer praça. É preciso que o governo incentive a prática de esportes como forma de socialização, encarando-o como direito social e não reduzindo-o a mero meio de aquisição de saúde. Não podemos incentivar a prática de esportes como instrumento de disputas individualistas, como o capitalismo fomenta.

Educação pública e gratuita

Cada vez se faz mais necessária a reafirmação e a luta cotidiana por educação pública, gratuita, de acesso universal, laica, que forme para novos valores. O projeto neoliberal desmontou os sistemas públicos de educação, desestruturou currículos, privatizou, cortou vagas, demitiu professores. Cada vez mais a luta por educação se torna urgente. Temos que continuar exigindo que, no governo Lula, o investimento nessa área volte a crescer, garantindo o acesso e a permanência dos jovens na escola até o fim do 3º grau. É também fundamental a lógica de reformar e reformular as estruturas arcaicas da educação. A idéia da educação como instrumento de formação e de disputa ideológica, e portanto libertária, não pode ser perdida de vista. O governo Lula não pode ter um investimento na educação menor do que FHC. Devemos lutar para a educação ser uma prioridade do governo federal.

A juventude do PT

Cabe a juventude petista definir as políticas gerais e organizar a intervenção partidária junto à juventude brasileira. Entretanto o Coletivo Nacional de Juventude está engessado, estagnado, não formula e não gesta política. O

pouco que construímos e encaminhamos para a ação e organização da juventude do PT é esvaziado pelo campo moderado, que acaba desarticulando o que poderia ser feito de concreto.

Mesmo no debate de políticas públicas, fizemos diversos esforços para encaminhar um programa de ação para o governo Lula, mas o Coletivo Nacional de Juventude do PT, mais uma vez, não conseguiu ter a formulação e a articulação política necessárias para um projeto que representasse a juventude brasileira. A juventude do setor moderado não conseguiu estabelecer um método representativo para o debate da juventude no governo, cortou a relação com o conjunto do PT, tentou se estabelecer por movimentações individuais, sem sucesso. Isso fragilizou a instância, que não foi capaz de operar a discussão entre os jovens que trabalham com projetos e temas de juventude no governo. A SNJ não cumpriu o papel dirigente que poderia ter.

O Setorial de Juventude do PT vem de um longo período de desorganização e de desarticulação. A atual gestão da Secretaria de Juventude foi eleita em 2001 em um encontro tumultuado, que não teve uma resolução política ou um indicativo concreto de como trabalhar e tratar a questão da juventude; passou por mudança de secretário e membros do coletivo.

Em 2003, a instância limitou-se a realizar três reuniões. A única coisa que realmente foi tratada pelo conjunto da juventude petista foi a ação no Congresso da UNE. Outra atividade de expressão construída foi o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, que mesmo formulando e acumulando muitas concepções e ações sobre o tema, teve um público limitado e encaminhamentos dispersos.

Hoje, existem cerca de 20 Secretarias Estaduais de Juventude, que agem precariamente, de acordo com suas próprias políticas, sem ação dirigida da SNJ para os estados. Em alguns casos, as secretarias ainda são indicadas pelo diretório estadual, sem passar por um encontro setorial.

A Pesquisa IBOPE, contratada pelo PT, aponta que 38% dos jovens brasileiros têm o PT como o partido com que mais se identificam. Dos mais ou menos 500 mil filiados ao PT, 32% são jovens entre 16 e 24 anos. Mesmo com esses índices, as instâncias partidárias envelhecem cada vez mais, não renovam os quadros dirigentes, além de se afastarem dos temas e das perspectivas de identidade da juventude.

Desconstruindo o acúmulo que tivemos no último período no Setorial de Juventude, os moderados procuram outras formas de dialogar com a juventude. Cada vez mais investem numa lógica eventista e de filiações “arrebanhadoras”. A nova campanha de filiação é uma demonstração disso. Jovens nas fotos dos materiais, “linguagem” específica, cartilhas direcionadas... Um milhão de novos filiados pelo 0800. Qual é a política? Qual é a formação? Qual é a identidade?

As perspectivas de construção coletiva com o setor moderado na juventude estão cada vez mais distantes. Os jovens dirigentes do campo moderado fazem

do centro da sua política, a defesa incondicional de todas as ações do governo Lula, e querem fazer do coletivo a extensão dessa política.

A decorrência natural dessa caracterização é o reforço da política de continuar construindo e privilegiando políticas alinhadas ao campo da esquerda petista, impulsionando cada vez mais debates e ações conjuntas.

Os coletivos setoriais, municipais e estaduais

Um espaço importante para efetivar essa ação são os Coletivos Municipais. Estamos presentes em uma série de coletivos municipais pelo país afora, mas ainda não conseguimos ter uma ação combinada. Para isso, o cadastro de juventude e a circulação de informações dos municípios se tornam cada vez mais necessários.

Não há, também, uma ação combinada da ação da juventude da AE nas secretarias estaduais que dirigimos ou temos inserção significativa. A nossa tarefa nesses espaços é a de organizar e formar a militância petista. As nossas experiências até hoje estão nas jornadas de formação e organização de juventude. Precisamos construir jornadas que fomentem a criação de secretarias municipais de juventude e, na medida do possível, nos aproximar das candidaturas jovens à vereador, bem como participar da elaboração dos programas municipais de governo, visando garantir espaço para as políticas públicas voltadas para atender a juventude.

Somente dando corpo a essa política é que realmente construiremos uma interlocução com os movimentos sociais e com a juventude desorganizada, fazendo da “nossa” juventude do PT uma referência concreta para a juventude, e contribuindo para ser o pólo aglutinador da esquerda do PT.

Juventude e políticas públicas

Desde as eleições, temos dito que o entendimento do governo sobre juventude está equivocado. Além de reforçar a idéia de que era central “disputar a juventude com o narcotráfico”, Lula tem feito uma série de declarações que vão na contramão do que debatemos anos a fio. Um exemplo foi o de indicar o 7 de setembro como dia que precisa ser lembrado nas escolas, para garantir que os jovens “respeitem” a escola e o exército.

Independente das declarações, o governo fez pesquisas, e descobriu o que há tempos falamos: a juventude é um setor e precisa de uma política específica.

Ocorre que o governo –devido a política econômica-- não tem dinheiro para investir na juventude, motivo pelo qual não há como construir algo que signifique um salto qualitativo para a condição social da juventude.

Diante disso, o governo formou uma comissão com os jovens que trabalham com o tema nos ministérios, para mapear os projetos que estão em andamento e têm o perfil de PPJ para serem debatidos coletivamente e encaminhados. Na seqüência dessa iniciativa, o Gabinete da Presidência decidiu construir o projeto de juventude para o governo, em articulação com o Instituto da Cidadania.

Essa política foi duramente combatida pela JAE durante a campanha, justamente por entender que o espaço de elaboração dos programas de governo do PT é, prioritariamente, o partido.

É importante lembrar que a III Conferência da JAE, realizada em 2002, definiu que apostaríamos na construção de PPJ também no Legislativo, e que ofereceríamos o nome de um companheiro da JAE para a tarefa, na Câmara. Debatemos a demanda com os deputados da AE que se encaixavam no perfil e que tinham interlocução com o debate.

No início do ano, escrevemos um projeto dirigido às políticas parlamentares, que desse vazão à pauta de juventude. A idéia da Frente Parlamentar, por exemplo, foi uma delas.

Esta ação tem dado muitos frutos. A Semana de Juventude foi um importante passo para a ampliação da importância da temática de juventude e a organização do tema nos estados.

Esse espaço de criação e de debate sobre as PPJ's no legislativo estabeleceu uma nova demanda das experiências já existentes. Uma série de políticas municipais estão sendo colocadas em evidência pelo partido, e um avanço significativo foi a criação da Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal.

A realização do Seminário Nacional de Juventude, promovido pela Câmara, evidenciou as problemáticas e os entendimentos sobre como tratar a população jovem. Foi colocado em pauta o Plano Nacional e o Estatuto da Juventude, que está em debate em diversos movimentos juvenis, como instrumento de legalização dos direitos da juventude.

Infelizmente o principal tema que o governo debateu sobre a juventude, até agora, não passará pela Comissão de Juventude da Câmara: o Projeto Primeiro Emprego.

O governo Lula deve avançar, também, noutras questões que envolvem a juventude, como o aborto, o uso de drogas ilícitas, a sexualidade.

Educação e a reforma universitária

Durante a gestão Paulo Renato/FHC, foi implementada uma política educacional que visava adequar o Brasil à dita nova ordem mundial. Através do receituário do FMI e do Banco Mundial, foi aplicado o desmonte da educação pública e o fortalecimento da iniciativa privada nesse setor.

Nas universidades públicas, os recursos ficaram cada vez menores, o número de professores e funcionários diminuiu, os currículos foram empurrados para a lógica de mercado, as fundações de direito privado proliferaram e esta lógica neoliberal aplicada começou não só a desmontar a universidade pública, mas a ocupá-la.

Nas universidades pagas, aconteceu a ampliação desenfreada de cursos e instituições sem o menor controle público. Toda essa expansão teve como centro a necessidade de atendimento ao mercado. Em cada esquina assistíamos a abertura de uma nova faculdade. A qualidade quase sempre duvidosa e as mensalidades cada vez mais altas foram o destino de milhares de estudantes.

O movimento estudantil combateu a política operada por Paulo Renato/FHC. Nas públicas, as greves tiveram um papel fundamental para manter a autonomia universitária, o mínimo financiamento, a não cobrança de mensalidades, entre outras bandeiras históricas. Nas pagas, as contradições acirraram-se nos últimos anos. Os altos aumentos, a baixa qualidade da educação e o punho de ferro dos tubarões do ensino levaram o movimento estudantil a começar se organizar nesses locais.

Em 2002, a eleição de Lula pela maioria da população brasileira foi uma tentativa de dar um basta à política neoliberal aplicada nos últimos anos. Nas universidades, o movimento estudantil teve uma participação importante na campanha Lula. Pesquisas da época apontavam 80% de votantes no PT, entre os universitários. O Programa de Governo, “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, prometia a contratação de professores e funcionários, garantia a autonomia universitária, o fim do provão, a ampliação do financiamento e a derrubada dos vetos ao PNE.

Essas são parte das bandeiras históricas do Movimento estudantil e da maior parte dos representantes do movimento de educação, e nunca deixaremos de defendê-las. Um plano emergencial para as universidades deveria ser aplicado desde o início do governo

Nessa perspectiva, o Movimento estudantil começou a debater a necessidade de mudanças profundas na universidade a serem realizadas. As públicas ainda se ressentiam dos reflexos da reforma feita pelos militares e, nas pagas, a lógica aplicada por FHC precisava ser urgentemente combatida.

À partir disso, começamos a debater a necessidade de uma Reforma Universitária. Uma reforma de cunho democrático e popular, que prevísse a democracia interna, a ampliação de vagas, maior acesso da sociedade, a reforma pedagógica além, claro, da efetivação das bandeiras históricas.

O Governo Lula e a educação superior

O Governo vem repetindo a política econômica que, durante os oito anos de FHC, sufocou as verbas para educação. O superávit primário, a manutenção da DRU (Desvinculação de receitas da União) e a não derrubada dos vetos do PNE são indicativos de que não haverá mudanças nas receitas para educação, saúde e os setores sociais.

No “varejo” e no que não diz respeito ao financiamento – engessado pela política “pallociana” - assistimos à tentativa de realizar algumas das mudanças que defendemos: a discussão de um novo modelo de avaliação institucional; a nova Lei de escolha de dirigentes; a aplicação do plano de carreira da FASUBRA, além de outras iniciativas que vêm sendo debatidas pelo MEC são exemplos disso.

Ainda assim, parte dessas iniciativas correm o risco de não serem implementadas, por decisão da Casa Civil/Presidência da República.

O orçamento de 2003, ou seja, aquele proposto e aprovado durante a “Era FHC”, foi utilizado como desculpa para todas as negativas de aplicação em novos investimentos no setor social.

Contudo, as coisas pioram com o fechamento do orçamento de 2004, o primeiro feito sob o Governo Lula. Este orçamento, apresentado pelo Ministério do Planejamento, é pior que o anterior, já que o compromisso com o superávit primário e com o pagamento dos juros da dívida externa serão maiores.

O orçamento para as universidades federais é inferior ao do ano passado, que já deixou a Universidade Pública em verdadeiro estado de torpor. Não existem recursos para reverter o quadro emergencial de miséria apresentado pela universidade.

Quando falamos do Plano Plurianual (PPA), essas questões ficam ainda mais problemáticas. Não existe nem um programa de re-equipação das IFES, não existem verbas para a ampliação dos acessos enfim, não há uma iniciativa para mudar a situação em que nos encontramos.

A disputa se dará pelo método tradicional que vivemos historicamente. Não mudou o orçamento, não mudou o PPA, porque não mudou e nem parece que vai mudar a política econômica. O próprio Ministro da Educação já gritou que precisa de verba para educação.

É certo afirmar que houve uma mudança de postura do governo em relação aos movimentos. A abertura para diálogo existe. Foram muitas reuniões com Cristovam, Dulci e outros ministros, onde as bandeiras e reivindicações foram apresentadas e discutidas. Contudo, quase nada foi encaminhado. A questão da rubrica específica para assistência estudantil esteve na pauta de todas as reuniões e não foi incorporada pelo MEC e nem os 5 milhões do ano passado foram descontingenciados ainda. Assim como assistência estudantil, muitos outros pontos foram debatidos pelo Movimento estudantil e por outros setores, mas pouco resultado se obteve, até agora.

O movimento estudantil frente ao governo Lula

Não só o Movimento estudantil, mas todos os movimentos sociais têm tido uma postura dúbia durante esse quase um ano de governo de Lula.

Talvez isso tenha acontecido pela abertura de diálogo do governo. Porém, não é só com reuniões de gabinetes que iremos garantir nossas conquistas. É preciso acordar e perceber que o movimento não pode sair das ruas e das lutas.

É assim que faz o MST quando, mesmo possuindo amplo acesso aos dirigentes do INCRA, Ministério da Reforma Agrária e Gabinete da Presidência da República, continua ocupando fazendas e sedes regionais do INCRA em todo o país.

É assim que faz a CUT, quando exige que os deputados votem contra a Reforma da Previdência. É assim que fazem os Sindicatos Nacionais do Serviço Público, quando fazem greve pra tentar barrar a Reforma.

É certo que o movimento estudantil deve dialogar com o Governo, mas deve, também, exigir a aplicação de suas bandeiras históricas. É por isso que não pode abandonar sua capacidade organizativa e deixar de ser um movimento de massas. Essa ambigüidade entre ser base de sustentação do governo e ser movimento organizado tem que acabar.

Devemos ter um ação incisiva nesse ponto. Está passando da hora de organizarmos nossas tropas e denunciarmos que sem verba para a educação, não iremos mudar nem reformar nada.

O movimento tem que superar seu estado de euforia com a eleição de Lula e perceber que governo é governo e movimento é movimento: precisamos cobrar e exigir, a todo momento, a implementação de nossas reivindicações.

A preocupação aumenta quando assistimos a direção majoritária da UNE fazer parcerias com o governo para a reativação do Projeto Rondon. Está na hora de o Movimento estudantil dar um giro de 180° graus. Deve superar suas atividades de gabinete e ir pra ruas. Devemos organizar as tropas pra gritar bem alto que precisamos de mudanças na educação.

Reforma universitária

Durante o ano de 2003, debatemos e acumulamos sobre a necessidade de mudanças estruturais nas universidades. As contradições são visíveis cada vez mais. A universidade de hoje está atrasada e retrógrada.

Convencemos todo o Movimento estudantil que precisamos fazer mudanças profundas, globais e de concepção para conseguirmos implementar outra universidade.

Defendemos uma reforma que amplie o acesso das vagas, principalmente no noturno: nesse período está uma parcela significativa da juventude trabalhadora. Defendemos a ampliação do acesso na universidade pública, que hoje só atinge 20% dos estudantes universitários;

Lutamos por uma política de assistência estudantil que possa garantir, aos estudantes em condições especiais, igualdade de ensino e aprendizagem: uma política que amplie as moradias universitárias, reabra os restaurantes universitários, mas que também ofereça curso de línguas e informática para os estudantes carentes. Sem isso, estamos fadados a formarmos sempre aqueles que possuem mais condições.

Discutir os currículos e a pedagogia das universidades: currículos antigos e que refletem somente a necessidade de mercado e não preparam os estudantes para uma intervenção na realidade. A pedagogia, desde a década de 50, não evoluiu. De que adianta as faculdades de educação estudarem os métodos mais avançados de educação, de Paulo Freire a Vigotsky, e aplicarem em suas salas a velha concepção “bancária”?

Defendemos uma dura regulamentação do ensino pago, que combata o grande mercado dos tubarões do ensino: que regulamente as mensalidades e dê condições aos estudantes para combaterem os aumentos abusivos. O Estado deve entender que a faculdade paga é uma concessão sua e, por isso, deve exigir, cobrar e interferir em sua gestão.

Temos defendido tudo isso, mas não deixamos de falar que, sem a recomposição de perdas para as universidades públicas nada mudará; sem a ampliação dos investimentos em contratação de professores; sem o combate ao descontrole de abertura nas universidades pagas.

Assim, sem essas atitudes a reforma universitária que defendemos ficará no papel. Afirmamos também que o Movimento Estudantil deve ter seu projeto de universidade que defenda uma concepção de reforma para universidade e não aceite e defenda meramente o projeto do governo. Acreditamos que a reforma universitária é uma das reformas estruturais e uma das condições para a transformação da sociedade brasileira.

Porém, o que estamos assistindo são reformas de cunho neoliberal, que retiram direitos ao invés de ampliá-los; que reproduzem a lógica do Estado Mínimo e a desobrigação do Estado. Como citamos acima, não assistimos as recomposições de perdas defendidas historicamente. Vimos a manutenção de uma política econômica ortodoxa e que engessa qualquer investimento na educação ou de qualquer setor social.

Dessa forma, percebemos que o período é difícil para iniciarmos a reforma universitária que defendemos. As condições apresentadas são para uma reforma que pouco tem proximidade com o projeto defendido historicamente pelos estudantes. Assistimos nossas bandeiras históricas e condições para efetivar a reforma serem deixadas de lado. Essas bandeiras, que em sua maioria estavam no programa de governo de Lula, não vimos serem aplicadas.

Acreditamos que devemos continuar discutindo e debatendo as mudanças necessárias para a universidade, mas temos que colocar no centro de nossas reivindicações as antigas bandeiras históricas. Mais do que nunca, a luta pelo financiamento público para as universidades públicas, a contratação de professores e funcionários, um programa de assistência estudantil, as melhorias nas condições das universidades, a autonomia universitária, a gratuidade no ensino superior, são bandeiras que estão, aparentemente, em xeque, com essa política econômica palociana.

Está na pauta do dia a luta pelo fim da DRU na educação; a proibição de investimento do capital financeiro internacional na educação brasileira; a contratação imediata de professores e funcionários das universidades.

Enfim, defender um Plano Emergencial para as IFES é urgente e necessário. Esses valores, além de serem lutas antigas, vão de encontro ao modelo de Estado que está sendo implementado atualmente. Com essas bandeiras, estamos combatendo uma contra-reforma universitária que pode piorar as condições, ao invés de melhorar a situação das universidades.

O papel do movimento estudantil

O movimento estudantil consiste em uma parcela da sociedade que se organiza à partir de um “locus”, que é a escola ou universidade. Essa parcela da sociedade não é uma classe social. Os estudantes são uma categoria social que vivencia uma realidade e demandas específicas e gerais dentro de um mesmo local. À partir desta realidade social é que surge a sua organização e sua intervenção na sociedade. Desta maneira, o Movimento estudantil possui suas particularidades. A primeira delas é de ser policlassista, ou seja, existem estudantes e grupos de todas as classes sociais. A segunda, é a sua transitoriedade, ninguém é estudante para sempre. Essas características são fundamentais para debatermos e entendermos a ação do movimento estudantil como movimento social.

Dessa forma, o movimento estudantil não possui uma origem (e uma formação) classista que o coloque no centro da luta de classes, o que traz e impõe limites à organização estudantil. É através da opção política de parcela dos estudantes, prioritariamente dos seus dirigentes, que o Movimento estudantil se insere, ou não, na disputa geral da sociedade. Compreender esse caráter não-classista é necessário para percebermos a amplitude de sua base social e que não adianta reproduzirmos métodos de organização do movimento sindical ou camponês para o movimento estudantil. O movimento estudantil deve produzir maneiras próprias de organização, o que não impede a realização de atividades em conjunto com os demais movimentos, visando troca de experiências.

Durante a década de 60, o caráter do movimento estudantil foi exaustivamente debatido. Existiam aqueles que defendiam a linha do ME-Partido, no qual somente os militantes de esquerda e socialista eram considerados militantes do movimento estudantil. Outros consideravam que o movimento estudantil tinha que ser um movimento de massas, do qual todos os estudantes podiam fazer parte. O que não impossibilitava que aqueles(as) que eram de esquerda e socialistas, disputassem as suas concepções e propostas e que o movimento pudesse ser dirigido pelos mesmos – o que de fato, o foi em quase toda a história das entidades nacionais.

Acreditamos que o movimento estudantil deva ser de massas. Contudo, não escondemos de ninguém a nossa filiação e opção partidária, construindo nossa política e nossa organização no movimento. É por isso que, apesar de assumirmos ser o movimento policlassista, acreditamos que as direções das entidades devem ter lado.

A transitoriedade faz com que o movimento seja marcado por uma extrema dificuldade na transmissão de sua história, seus métodos de organização, suas pautas etc. Ao contrário do movimento sindical, campesino ou partidário, o estudante não fica mais do que 4 ou 5 anos no locus. Desta maneira, muitos saem da universidade sem conseguir transmitir o acúmulo adquirido em seus anos de atuação.

O movimento estudantil é fortemente determinado pela conjuntura. Se a conjuntura é favorável às mobilizações, o movimento estudantil pode mobilizar. Se não, ele tem pouca capacidade de sair do refluxo. Hoje, isso torna o movimento estudantil refém da realidade, dificultando que ele seja um dos sujeitos dela. Para isso, faz-se necessária uma pauta eficaz e uma (re)organização das entidades estudantis.

O movimento estudantil nas lutas sociais

Como movimento social organizado, à partir de uma realidade social limitada e concreta, o movimento estudantil tem como seu palco principal a intervenção na educação. A disputa entre os diferentes projetos e concepções de educação guarda estreita relação, entretanto, com a disputa de projetos de Estado e sociedade. Dentro das instituições de ensino é possível perceber, embora muitas vezes silenciosa e camuflada pela “neutralidade educacional”, a disputa de projetos de sociedade.

É dentro das escolas e universidades, através de suas realidades objetivas, que se formam e se organizam os grupos estudantis para a intervenção coletiva nos espaços.

Isso não impede, entretanto, que o movimento estudantil possa estar presente nas grandes mobilizações sociais. Mas é inicialmente através da organização e agitação de sua pauta específica, que as entidades estudantis garantem sua capacidade de mobilização e de disputa de sociedade.

Não podemos deixar que os debates das pautas específicas caiam na miopia política, desligando as questões da educação das condições gerais da sociedade. Segundo a definição gramsciana, a educação consiste em um aparelho privado de hegemonia. Desta forma, a disputa desse aparelho está diretamente ligada à disputa de hegemonia da sociedade.

Por isso mesmo, acreditamos que o movimento estudantil pode ser aliado do MST pela reforma agrária, do movimento sindical na defesa dos direitos trabalhistas e sindicais, como os demais movimentos e entidades populares devem ser nossos aliados na luta pela educação pública e gratuita.

Um diagnóstico do movimento estudantil

As entidades nacionais do movimento estudantil vivem, hoje, uma crise de representatividade e de legitimidade. Os estudantes não só não vêem seus interesses representados, como a maioria não sabe o que é ou não reconhece a UNE e a UBES enquanto suas entidades, instrumentos coletivos de organização. A sociedade não tem mais estas entidades como referências de rebeldia e contestação. Muitos acham que as entidades estudantis e o movimento como um todo, são propriedades de alguns, “os que mexem com política” ou “os estudantes profissionais” e que, portanto, não devem se aproximar nem se envolver, já que não é coisa sua. Ou passam a fazer parte das entidades para torná-las “Empresas Júnior’s” ou simplesmente entidades festivas.

Entendemos que essa crise é determinada por alguns fatores: as especificidades próprias do movimento estudantil; a conjuntura desfavorável à organização coletiva; a estrutura

anacrônica, verticalizada, centralizada e burocrática; a sua atual direção, imobilista e antidemocrática.

A estrutura da maioria das entidades, baseada no tripé assembleia-conselho-diretoria verticalizada, remonta aos sindicatos pelegos da década de 50. Além de ser antiga, foi uma mera transposição do modelo sindical para o estudantil. Este tripé é importante e deve ser usado, mas enquanto único método de organização coletiva é insuficiente, pois a participação dos estudantes se restringe basicamente à decisão do voto e da maioria.

No caso da UNE, a última mudança real na estrutura da entidade foi a proporcionalidade criada nas gestões petistas. A atual estrutura verticalizada incute a lógica autoritária de poder e de responsabilidade individual com as pastas/diretorias. Nada temos contra direção e hierarquia, contudo, ela deve ser democrática. As experiências de outras entidades do movimento estudantil e da própria FASUBRA – Federação Nacional dos Técnicos Administrativos--, nos mostram que o modelo organizativo por coordenadorias e GT's concretiza mais eficácia, elaboração e compromisso coletivo. Existem entidades presidencialistas que adotam estruturas que visam uma descentralização do poder. O certo é que, da forma que está a estrutura, ela impede um processo de organização coletiva e plural.

O movimento estudantil precisa fazer este debate sobre suas estruturas. Além do debate à respeito da estrutura em si, existe o problema dos fóruns do movimento estudantil. Nos últimos cinco anos, somente um Conselho Nacional de Entidades de Base (centros/diretórios acadêmicos) ocorreu.

As direções da UNE e da UBES são hegemônicas –há 13 anos-- pela União da Juventude Socialista, organização criada e controlada pelo PCdoB. Para a UJS manter o aparelho é meta prioritária e de maior importância, antes mesmo da própria mobilização estudantil.

As entidades estudantis de “área”

Para finalizar o diagnóstico atual do movimento estudantil, cabe um balanço do movimento de área, das executivas de cursos e a relação destas com as entidades gerais, especialmente com a UNE.

Após a retomada da UNE pelo PC do B, em 1991, o movimento estudantil organizado por área/curso foi refúgio para grande parte da militância estudantil petista, que passou a utilizar um discurso e uma prática equivocada, tratando de maneira dicotômica as pautas do movimento “geral” e por “área/curso”.

Houve um enorme afastamento destas entidades estudantis dos fóruns da UNE, gerando por vezes uma postura “paralelista” à UNE, o que se reproduzia em seus encontros de curso. Ainda hoje, existem algumas entidades que não reconhecem a UNE.

Desde a retomada do fórum de executivas em 1998, a postura das executivas frente à UNE vem sendo alterada. Nos dias atuais, o reconhecimento da UNE como entidade nacional está mais forte. As executivas estão mais presentes nos fóruns da UNE, na tentativa da construção conjunta. Basta lembrarmos do plebiscito do Provão, da campanha contra a mercantilização da educação, dos Seminários de Avaliação Institucional.

Porém, a baixa capacidade de formulação e mobilização do movimento estudantil também atinge as executivas/federações, com raras exceções. A organização do fórum de executivas é atualmente problemática e espontaneísta, onde os fatores da crise do movimento estudantil

têm maior influência, face às trocas de gestão todos os anos, a inexperiência de grande parte dos seus diretores e a falta de “repasso político”.

A constante confusão que o Fórum de Executivas vive sobre seu papel e objetivos, o tipo de relação a se manter com a UNE, faz com que as coisas continuem como estão. As experiências do ENU – Encontro Nacional dos Universitários com o MST e do ENEB – Encontro Nacional de Entidades de Base são provas da confusão de relação entre as entidades.

A falta de uma pauta conjunta e aglutinativa, a falta de um calendário previamente definido, a baixa formulação política de muitas entidades e a falta de uma organização mínima e estruturada levam este movimento à quase inoperância. Desta maneira, se entende o porquê das várias pautas discutidas, e dos poucos encaminhamentos práticos.

Entretanto, o Fórum configura-se como um importante espaço de organização política. Desta forma, as executivas nas quais temos inserções e nossos diretores da UNE devem trabalhar para que o fórum viva uma (re)organização no próximo período.

A próxima CNJAE, em conjunto com os militantes de cada curso, deve organizar a intervenção dos nossos militantes nestes movimentos. Nossa meta deve ser a de ter política para as entidades de área em que temos mais acúmulo e militância no próximo período.

Sobre nossa organização no movimento estudantil

A Articulação de Esquerda foi a segunda força numérica no Congresso da UNE realizado em 2003, encabeçando a principal chapa de oposição.

A AE acertou em deixar claro para o conjunto do movimento que a “Reconquistar a UNE” (bem como a “Reconquistar a UBES”) são teses impulsionadas pela AE. Quem quer nos apoiar sabe quem somos. Isto é importante, pois o que garante a bancada no congresso e faz com que ela passe por todos os filtros até chegar à plenária final, é a base orgânica e militante da tendência.

É importante construir núcleos de juventude da AE nas escolas e universidades, tendo por meta unificar e qualificar a intervenção de nossos militantes, dando cada vez mais organicidade à nossa política e organização.

Entre os três milhões de universitários brasileiros e as várias dezenas de milhões de secundaristas, existem milhares dispostos a engrossar nossas fileiras, dispostos a militar pelo socialismo, em uma corrente da esquerda do PT.

Mas estes milhares não nos conhecem, nunca leram nossos documentos nem foram convidados para nossas reuniões. Assim, organizar massivamente a AE no Movimento estudantil está na ordem de nossas prioridades. A nossa capacidade de disputar o movimento estudantil será proporcional ao tamanho de nossa base orgânica.

A tese “Reconquistar” é o documento base de nossa atuação no movimento estudantil, pois reflete o nosso grau de acúmulo e organicidade no movimento.

Devemos construir ações de todas as nossas entidades junto com a UNE/UBES, rejeitar qualquer forma de paralelismo, trazer mais gente para a sua disputa.

Tudo isto passa por fazer a base da AE/Reconquistar conhecer a história das entidades, entender a importância e se sentir parte do nosso projeto para esta entidade, pois somos oposição às direções e lutamos, incessantemente, para transformar estas entidades.

A intervenção da AE se dá em torno dos seguintes eixos:

A construção partidária no movimento estudantil, entendendo que só esta pode dar conta do desafio da disputa da UNE, defendendo na nossa base social a organização dos estudantes no interior do PT, transformando a nossa força social em força partidária, construindo a disputa dos rumos do PT para uma concepção socialista, dirigente e revolucionária. Aqui, também se faz necessário combater o “movimentismo” e afirmar que o objetivo estratégico de nossa luta é a construção da sociedade socialista, o que exige organização partidária;

A defesa das entidades enquanto organizadoras dos estudantes, diferenciando a UNE/UBES da sua direção majoritária, denunciando a política deliberada da UJS de se confundir com a entidade. Fomos, no último período, a organização que mais defendeu que o movimento deve ser necessariamente organizado através das suas entidades e de seus fóruns, o que vale para a UNE, UBES, UEE's, Federações e Executivas de curso, DCE's, UMES, CA's, Grêmios...;

A caracterização do movimento estudantil como um movimento social que, como tal, tem suas próprias bandeiras, características, símbolos e formas de atuação reveladoras de uma identidade própria. Como um movimento de juventude, o movimento estudantil para nós não é apenas um “celeiro de quadros”, mas uma força social que, através de suas organizações, tem um papel importante nos rumos da luta de massas;

A relação do movimento estudantil com os outros Movimentos Sociais, estreitando estas relações por entender que é necessário constituir um amplo leque de forças sociais, preservando a identidade e características próprias do movimento estudantil;

Disputar hegemonia no movimento estudantil, entendendo que é preciso construir uma prática em torno da entidade contrária à política da direção majoritária, construindo uma entidade de lutas, democrática, que dialogue com a base, tenha propostas, dispute opinião na sociedade, realizando atividades em nome da UNE/UBES, organizando uma nova vanguarda que tenha referência nas suas lutas, mesmo sendo oposição à prática política da direção majoritária;

Aumentar a organicidade da AE no movimento estudantil, reforçando o caráter e a organização da Juventude da AE, tendência interna do PT, enquanto impulsionadora das teses Reconquistar a UNE e Reconquistar a UBES;

A defesa dos fóruns do movimento estudantil, para que os estudantes tenham espaço para opinar sobre os rumos da UNE. Para isso, o centro decisório são seus fóruns internos, e estes precisam ser qualificados. Por isso, procuramos propor política para os mesmos e jogamos peso para que a nossa força social possa ser transformada em força dentro das entidades;

Política de comunicação com as entidades, estabelecendo uma eficiente política de comunicação com as demais entidades do movimento estudantil e com o conjunto dos estudantes. Boletins, jornais e circulares que orientem as ações do movimento estudantil, fazendo com que a comunicação tenha um caráter informativo e formativo da militância.

Nossa política para o Processo de eleição direta

Nossa participação no PED de 2005 deverá estar assentada na estratégia aprovada na primeira fase da nossa conferência, mas ajustada a dinâmica da luta de classes em 2004.

As contradições maiores ou menores do governo petista, a postura do partido diante delas e estágio de mobilização social certamente serão elementos determinantes para este ajuste

tático. Outro fator que também deverá ser determinante e está vinculado aos demais mencionados é o desempenho petista nas eleições de 2004.

Por outro lado, devemos traçar uma tática para a disputa do Processo eleição direta de 2005, cientes de que o resultado desse processo pode levar a corrente a rever sua tática, talvez mesmo a sua estratégia.

Portanto, todo cuidado é pouco no momento de se produzir política para 2005. O PT passa por um novo momento, é um outro partido em relação aquele que ajudamos a construir nos últimos 23 anos. É claro que os sinais dessa mudança não são recentes, e já foram sentido com a própria instalação do Processo de eleição direta para eleger a direção partidária e na forma como forjado esse processo.

Cada vez mais, o poder econômico, das figuras públicas com voto de massa, dos aparatos dirigentes sobre o conjunto do partido, influenciam os nossos processo decisórios internos.

Com a conquista da Presidência da República pelo PT, esses fatores tendem a ter um peso maior nesses processos. A campanha nacional de filiação promovida pela direção do partido, e nos moldes com está sendo formulada, com base no prestígio que o PT alcançou após a vitória eleitoral, é a resposta mais imediata que o chamado campo majoritário dá para consolidar a sua força e sua condição majoritária.

É importante ressaltar que o campo de esquerda do PT encontra-se bastante enfraquecido. As primeiras medidas do governo Lula e as escolhas estratégicas do nosso governo causaram uma profunda decepção na militância partidária, resultando em algumas áreas num afastamento em relação ao PT. Por outro lado, registramos algumas baixas no interior das corrente da esquerda petista, tanto lideranças que optaram por se acomodar a situação, tendo como pretexto as responsabilidades de governo que assumiram nesse processo; quanto e principalmente militantes da esquerda petista, que optaram por se desligar formalmente do Partido, ou voltaram a sua ação política única e exclusivamente para o movimento social.

Logo, é necessário formular uma tática que busque mudar a sua qualidade e permita que a esquerda socialista saia da posição defensiva em que se encontra, construindo mecanismos para disputar o PT e o governo Lula em melhores condições.

Até porque há alguns fatores que independentemente da nossa ação, correta ou incorreta, poderão determinar mudanças qualitativas a nosso favor.

Um deles é a dificuldade que tem encontrado a política do governo Lula, em ser assimilada por parcelas importantes da vanguarda social: intelectuais, dirigentes e ativistas do movimento social e popular.

Outra é a realidade objetiva do país, que torna difícil uma política de ajuste fiscal de inspiração neoliberal garantir, a médio e longo prazos, que o governo mantenha um forte apoio popular, como atualmente mantém, mas que, segundo pesquisas recentes, começa a ser questionado.

Isso pode redundar em dois cenários: um é o aprofundamento da atual política, que pode conferir mais nitidez ao perfil do governo, isto é, uma guinada maior rumo a política conservadora; outra é uma revisão dessa política em direção a sua promessa inicial, de romper com o neoliberalismo.

É óbvio que tudo isto está condicionado aos rumos que a luta de classes vai assumir, bem como a análise que o “núcleo duro do governo” faz da correlação de forças e da situação do país.

Para a Articulação de Esquerda, a disputa do PED em 2005 é uma tarefa fundamental na disputa dos rumos do PT.

O PED deve ocorrer em meados de 2005. Até lá, devemos travar a disputa eleitoral, ampliar nossa presença nos movimentos sociais, filiar e ganhar novos militantes, atrair militantes que pertencem a esquerda partidária mas não militam em nenhuma das tendências, estimular as contradições do campo majoritário e disputar suas bases, aumentar nossa representação nas direções partidárias e criar uma hegemonia capaz de construir maioria de esquerda, para transformar nossa força social em força partidária.

Devemos apresentar chapas e candidatas/os a presidência do PT, nacionalmente, no maior número possível de estados e municípios. E construir alianças, chapas e candidaturas unitárias da esquerda petista, uma vez que nenhuma força de esquerda, sozinha, será capaz de enfrentar o desafio de lutar pela reconstrução do PT como partido de classe, de massas, democrático e socialista.

Nosso objetivo tático, na disputa pelos rumos do PT, é alterar a política seguida pelo governo federal; nosso objetivo estratégico é reconstruir o PT enquanto partido democrático, revolucionário e socialista.

Para atingir nosso objetivo tático, há três caminhos possíveis: ou o campo majoritário do Partido muda totalmente de posição; ou ocorre um racha no campo majoritário; ou ocorre um crescimento do campo de esquerda.

Embora os dois primeiros caminhos sejam possíveis e devamos, na medida do possível, operar para que isto ocorra, o centro de nossa tática deve ser o crescimento da esquerda.

O crescimento da esquerda pode ser dar de forma unificada; ou através do crescimento das várias tendências que a compõem.

Embora devamos trabalhar para que o conjunto da esquerda se unifique em torno de uma plataforma mínima comum, o centro de nossa tática deve ser o crescimento da própria Articulação de Esquerda, que não deve ser encarado como um fim em si, mas como um meio para colocar num patamar superior nossa luta pelo reconstrução de um PT democrático, socialista e revolucionário.

Para isso, devemos desencadear as seguintes ações:

- a) a difusão e aplicação de nossa política geral;
- b) uma política constante de relação com outras forças da esquerda petista;
- c) a ampliação da organicidade da tendência;
- d) o crescimento social, institucional e ideológico da tendência;
- e) uma intensa campanha de filiação;
- f) a construção de uma tática nacional para 2005.

Nossa política frente as outras forças do partido deve ser a seguinte:

- a) centrar nosso ataque nas posições do campo majoritário;
- b) disputar com os setores que estão saindo do PT;
- c) realizar conferências nacionais com outros setores do PT, para esclarecimento de posições e discussão de plataformas comuns;
- d) buscar relações mais sólidas com correntes afins;

No que diz respeito a nossa organização interna, devemos:

- a) manter a política no comando;
- b) travar uma disputa permanente contra o esquerdismo e o direitismo;
- c) criar a Editora Página 13;
- d) publicar mensalmente o Página 13;
- e) criar a Escola de Quadros;
- f) reorganizar a frente de massas;
- g) implantar a tendência nos 27 estados;
- h) implantar a tendência em todas as cidades com mais de 200 mil eleitores;

organizar a militância nos coletivos de base

construir instrumentos de comunicação interna da corrente a nível nacional

desenvolver o trabalho de agitação, propaganda e organização entre os trabalhadores, especialmente no operariado, formando agitadores, propagandistas e organizadores para tanto.